

 A FOODCHAIN ID COMPANY	REGRAS PARA A PRODUÇÃO ORGÂNICA DE PECUÁRIA	Pág. 1 de 43
---	--	---------------------

REGRAS PARA A PRODUÇÃO ORGÂNICA DE PECUÁRIA

Aplicável a animais de criação e produtos pecuários não processados, e outros produtos enumerados no Anexo I do Regulamento UE 2018/848.

RESUMOS DOS REGULAMENTOS EUROPEUS

- UE 2818/848 (versão consolidada de 21/02/2023)
- UE 2021/1165 (versão consolidada de 07/02/2023)
- UE 2020/464 (versão consolidada de 25/11/2021)

Em conformidade com os requisitos previstos no artigo 1.2.e do Regulamento (UE) 2021/1698, a BIOAGRICERT apresenta este resumo das regras de produção e medidas de controlo estabelecidas no Regulamento (UE) 2018/848 e nos atos delegados e de execução adotados em conformidade com o mesmo, com base na versão consolidada acima mencionada, disponível em [inserir link aqui].

<https://eur-lex.europa.eu/collection/eu-law/consleg.html>

Este resumo inclui uma tradução não oficial, em idiomas compreensíveis para os operadores contratados nos países terceiros para os quais a BIOAGRICERT solicita reconhecimento.

Em caso de litígios relacionados com a interpretação deste documento, aplicar-se-á exclusivamente a versão oficial do referido regulamento, disponível numa das línguas oficiais da União Europeia.

<https://eur-lex.europa.eu/homepage.html>

Este texto tem caráter meramente documental e não possui qualquer efeito jurídico. As instituições da União não assumem qualquer responsabilidade pelo seu conteúdo. As versões autênticas dos atos relevantes, incluindo os seus preâmbulos, são as publicadas no Jornal Oficial da União Europeia e disponíveis no EUR-Lex. Esses textos oficiais podem ser acessados diretamente através dos links presentes neste documento.

REGULAMENTO (UE) 2018/848 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO

de 30 de maio de 2018

sobre a produção biológica e a rotulagem dos produtos biológicos e revoga o Regulamento (CE) n.º 834/2007 do Conselho

(RESUMO da versão consolidada de 21/02/2023)

CAPÍTULO I - OBJETO, ÂMBITO E DEFINIÇÕES

Artigo 1

Assunto

Este Regulamento estabelece os princípios da produção biológica e define as regras relativas à produção biológica, à certificação conexa e à utilização de indicações referentes à produção biológica na rotulagem e na publicidade, bem como regras sobre controlos adicionais aos previstos no Regulamento (UE) 2017/625.

Artigo 2

Escopo

1. O presente regulamento aplica-se aos seguintes produtos originários da agricultura, incluindo a aquicultura e a apicultura, enumerados no anexo I do TFUE, e aos produtos derivados desses produtos, sempre que esses produtos sejam, ou se destinem a ser, produzidos, preparados, rotulados, distribuídos, colocados no mercado, importados para a União ou exportados da União:

- (a) produtos agrícolas vivos ou não processados, incluindo sementes e outros materiais reprodutivos de plantas;
- (b) produtos agrícolas processados para uso como alimento;
- (c) alimentar.

Este regulamento aplica-se igualmente a certos outros produtos estreitamente ligados à agricultura, enumerados no anexo I do presente regulamento, sempre que sejam, ou se destinem a ser, produzidos, preparados, rotulados, distribuídos, colocados no mercado, importados para a União ou exportados da União.

2. O presente regulamento aplica-se a qualquer operador envolvido, em qualquer fase de produção, preparação e distribuição, em atividades relacionadas com os produtos referidos no n.º 1.

3. As operações de alimentação coletiva realizadas por um fornecedor de alimentação coletiva, conforme definido na alínea d) do n.º 2 do artigo 2.º do Regulamento (UE) n.º 1169/2011, não estão sujeitas ao presente regulamento, exceto no que diz respeito ao disposto neste parágrafo.

CAPÍTULO III - REGRAS DE PRODUÇÃO

Artigo 9

Regras gerais de produção

1. Os operadores devem cumprir as regras gerais de produção estabelecidas neste artigo.
2. Toda a exploração agrícola deverá ser gerida em conformidade com os requisitos deste Regulamento aplicáveis à produção biológica.
3. Para os fins e utilizações referidos nos artigos 24.º e 25.º e no anexo II, apenas os produtos e substâncias que tenham sido autorizados nos termos dessas disposições podem ser utilizados na produção biológica, desde que a sua utilização na produção não biológica tenha sido igualmente autorizada de acordo com as disposições relevantes do direito da União e, se for caso disso, de acordo com as disposições nacionais baseadas no direito da União.

Os seguintes produtos e substâncias referidos no artigo 2.º, n.º 3, do Regulamento (CE) n.º 1107/2009 podem ser utilizados na produção biológica, desde que estejam autorizados nos termos desse regulamento:

- (a) agentes protetores, sinergistas e coformulantes como componentes de produtos fitofarmacêuticos;
- (b) adjuvantes que devem ser misturados com produtos fitofarmacêuticos.

A utilização na produção biológica de produtos e substâncias para fins diferentes dos abrangidos pelo presente Regulamento será permitida, desde que a sua utilização cumpra os princípios estabelecidos no Capítulo II.

4. A radiação ionizante não deve ser utilizada no tratamento de alimentos ou rações orgânicas, nem no tratamento de matérias-primas utilizadas em alimentos ou rações orgânicas.
5. Fica proibida a utilização da clonagem animal e a criação de animais poliploides induzidos artificialmente.
6. Devem ser tomadas medidas preventivas e de precaução, quando adequadas, em todas as fases de produção, preparação e distribuição.
7. Não obstante o disposto no parágrafo 2, uma propriedade pode ser dividida em unidades de produção claramente e efetivamente separadas para produção orgânica, em conversão e não orgânica, desde que, para as unidades de produção não orgânica:
 - (a) no que diz respeito ao gado, estão envolvidas diferentes espécies;
 - (b) no que diz respeito às plantas, estão envolvidas diferentes variedades que podem ser facilmente diferenciadas.

No que diz respeito às algas e aos animais de aquicultura, as mesmas espécies podem estar envolvidas, desde que haja uma separação clara e efetiva entre os locais ou unidades de produção.

8. Em derrogação ao disposto na alínea b) do n.º 7, no caso de culturas perenes que requerem um período de cultivo de pelo menos três anos, podem ser envolvidas variedades diferentes que não sejam facilmente diferenciáveis, ou as mesmas variedades, desde que a produção em causa esteja inserida no contexto de um plano de conversão e que a conversão da última parte da área relacionada com a produção em causa para produção biológica comece o mais rapidamente possível e seja concluída num prazo máximo de cinco anos.

Nesses casos:

- (a) o agricultor deve notificar a autoridade competente, ou, quando for o caso, a autoridade de controlo ou o organismo de controlo, do início da colheita de cada um dos produtos em causa, pelo menos 48 horas antes;
- (b) após a conclusão da colheita, o agricultor deverá informar a autoridade competente, ou, quando for o caso, a autoridade de controlo ou o organismo de controlo, das quantidades exatas colhidas nas unidades em causa e das medidas tomadas para separar os produtos;

- (c) o plano de conversão e as medidas a tomar para garantir a separação efetiva e clara devem ser confirmados anualmente pela autoridade competente ou, se for o caso, pela autoridade de controlo ou pelo organismo de controlo, após o início do plano de conversão.
9. Os requisitos relativos às diferentes espécies e variedades, estabelecidos nos pontos (a) e (b) do parágrafo 7, não se aplicam no caso de centros de investigação e educação, viveiros de plantas, multiplicadores de sementes e operações de melhoramento.
10. Nos casos referidos nos parágrafos 7, 8 e 9, em que nem todas as unidades de produção de uma exploração agrícola sejam geridas segundo as regras da produção biológica, os operadores devem:
- (a) manter os produtos utilizados nas unidades de produção orgânica e de conversão separados dos utilizados nas unidades de produção não orgânica;
 - (b) manter os produtos produzidos pelas unidades de produção orgânica, em conversão e não orgânica separados uns dos outros;
 - (c) manter registos adequados para demonstrar a separação efetiva das unidades de produção e dos produtos.

Artigo 11

Proibição do uso de OGMs

1. Os OGM, os produtos derivados de OGM e os produtos produzidos por OGM não devem ser utilizados em alimentos ou rações, nem como alimentos, rações, auxiliares de processamento, produtos fitossanitários, fertilizantes, condicionadores de solo, material reprodutivo vegetal, microrganismos ou animais na produção orgânica.
2. Para efeitos da proibição prevista no n.º 1, no que respeita aos OGM e aos produtos derivados de OGM para alimentação humana e animal, os operadores podem confiar nos rótulos de um produto que tenham sido afixados ou fornecidos nos termos da Diretiva 2001/18/CE, do Regulamento (CE) n.º 1829/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho ou do Regulamento (CE) Lei n.º 1830/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho ou qualquer documento complementar fornecido em conformidade com a mesma.
3. Os operadores podem presumir que não foram utilizados OGM nem produtos derivados de OGM no fabrico de alimentos e rações adquiridos, quando esses produtos não tenham um rótulo afixado ou fornecido, ou não sejam acompanhados de um documento fornecido, nos termos da legislação referida no n.º 2, a menos que tenham obtido outras informações que indiquem que a rotulagem dos produtos em causa não está em conformidade com essa legislação.
4. Para efeitos da proibição prevista no parágrafo 1, relativamente aos produtos não abrangidos pelos parágrafos 2 e 3, os operadores que utilizem produtos não biológicos adquiridos a terceiros devem exigir que o fornecedor confirme que esses produtos não são produzidos a partir de OGM nem produzidos por OGM.

Artigo 14

Regras de produção pecuária

1. Os operadores pecuários devem cumprir, em particular, as regras de produção detalhadas estabelecidas na Parte II do Anexo II e em quaisquer atos de execução referidos no parágrafo 3 do presente artigo.
2. A Comissão está habilitada a adotar atos delegados em conformidade com o artigo 54.º, que alteram:
- (a) os pontos 1.3.4.2, 1.3.4.4.2 e 1.3.4.4.3 da Parte II do Anexo II, reduzindo as percentagens relativas à origem dos animais, assim que se tenha estabelecido uma disponibilidade suficiente de animais biológicos no mercado da União;
 - (b) ponto 1.6.6 da Parte II do Anexo II no que diz respeito ao limite de nitrogénio orgânico relacionado à densidade total de estocagem;
 - (c) ponto 1.9.6.2(b) da Parte II do Anexo II no que diz respeito à alimentação das colónias de abelhas;

(d) pontos 1.9.6.3(b) e (e) da Parte II do Anexo II no que diz respeito aos tratamentos aceitáveis para a desinfecção de apiários e aos métodos e tratamentos para combater *Varroa destructor*;

(e) A Parte II do Anexo II, adicionando regras detalhadas sobre a produção pecuária de espécies que não sejam regulamentadas nessa Parte em 17 de junho de 2018, ou alterando essas regras adicionadas, no que diz respeito a:

- (i) derrogações no que diz respeito à origem dos animais;
- (ii) nutrição;
- (iii) práticas de alojamento e criação de animais;
- (iv) cuidados de saúde;
- (v) bem-estar animal.

Artigo 27

Obrigações e ações em caso de suspeita de descumprimento

Quando um operador suspeitar que um produto que produziu, preparou, importou ou recebeu de outro operador não está em conformidade com o presente regulamento, esse operador deverá, nos termos do n.º 2 do artigo 28.º:

- (a) identificar e separar o produto em questão;
- (b) verificar se a suspeita pode ser fundamentada;
- (c) não colocar o produto em causa no mercado como um produto biológico ou em conversão e não o utilizar na produção biológica, a menos que a suspeita possa ser eliminada;
- (d) quando a suspeita for comprovada ou quando não puder ser eliminada, informar imediatamente a autoridade competente relevante ou, quando apropriado, a autoridade de controlo ou organismo de controlo relevante, e fornecer-lhe os elementos disponíveis, quando apropriado;
- (e) cooperar plenamente com a autoridade competente relevante ou, quando apropriado, com a autoridade ou organismo de controlo relevante, na verificação e identificação das razões da suspeita de incumprimento.

CAPÍTULO IV - ROTULAGEM

Artigo 30

Uso de termos referentes à produção orgânica

1. Para efeitos do presente regulamento, considera-se que um produto contém termos referentes à produção biológica quando, na rotulagem, no material publicitário ou nos documentos comerciais, esse produto, os seus ingredientes ou as matérias-primas utilizadas na sua produção forem descritos em termos que sugiram ao comprador que o produto, os ingredientes ou as matérias-primas foram produzidos em conformidade com o presente regulamento. Em particular, os termos enumerados no Anexo IV e os seus derivados e diminutivos, como «bio» e «eco», isoladamente ou em combinação, podem ser utilizados em toda a União e em qualquer língua enumerada nesse Anexo para a rotulagem e publicidade dos produtos referidos no n.º 1 do artigo 2.º.

cumprir com este Regulamento.

2. Para os produtos referidos no artigo 2.º, n.º 1, os termos referidos no n.º 1 do presente artigo não podem ser utilizados em qualquer parte da União, em qualquer língua enumerada no anexo IV, para a rotulagem, material publicitário ou documentos comerciais de um produto que não esteja em conformidade com o presente regulamento.

Além disso, nenhum termo, incluindo termos usados em marcas registradas ou nomes de empresas, ou práticas, deve ser usado na rotulagem ou publicidade se puder induzir o consumidor ou usuário a erro, sugerindo que um produto ou seus ingredientes estão em conformidade com este Regulamento.

3. Os produtos que foram produzidos durante o período de conversão não devem ser rotulados ou anunciados como produtos orgânicos ou como produtos em processo de conversão.

No entanto, o material reprodutivo vegetal, os produtos alimentares de origem vegetal e os produtos para alimentação animal de origem vegetal que tenham sido produzidos durante o período de conversão, que cumpram o disposto no artigo 10.º, n.º 4, podem ser rotulados e anunciados como produtos em conversão, utilizando o termo «em conversão» ou um termo correspondente, juntamente com os termos referidos no n.º 1.

4. Os termos referidos nos parágrafos 1 e 3 não podem ser utilizados para um produto para o qual a legislação da União exija que a rotulagem ou a publicidade indique que o produto contém OGM, é constituído por OGM ou é produzido a partir de OGM.

5. Para alimentos processados, podem ser utilizados os termos referidos no parágrafo 1:

(a) na descrição de venda e na lista de ingredientes, sempre que esta lista seja obrigatória nos termos da legislação da União, desde que:

(i) o alimento processado cumpre as regras de produção estabelecidas na Parte IV do Anexo II e as regras estabelecidas de acordo com o Artigo 16(3);

(ii) pelo menos 95% dos ingredientes agrícolas do produto, em peso, são orgânicos; e

(iii) no caso de aromatizantes, são utilizados apenas para substâncias aromatizantes naturais e preparações aromatizantes naturais rotuladas de acordo com o artigo 16.º, n.ºs 2, 3 e 4, do Regulamento (CE) n.º 1334/2008 e todos os componentes aromatizantes e veículos de componentes aromatizantes no aroma em questão são orgânicos;

(b) apenas na lista de ingredientes, desde que:

(i) menos de 95% dos ingredientes agrícolas do produto, em peso, sejam orgânicos, e desde que esses ingredientes cumpram as regras de produção estabelecidas neste Regulamento; e

(ii) o alimento processado cumpre as regras de produção estabelecidas nos pontos 1.5, 2.1(a), 2.1(b) e 2.2.1 da Parte IV do Anexo II, com exceção das regras sobre a utilização restrita de ingredientes agrícolas não biológicos estabelecidas no ponto 2.2.1 da Parte IV do Anexo II, e com as regras estabelecidas de acordo com o artigo 16.º (3);

(c) na descrição de vendas e na lista de ingredientes, desde que:

(i) o ingrediente principal é um produto da caça ou da pesca;

(ii) o termo referido no parágrafo 1 está claramente relacionado na descrição de vendas com outro ingrediente que é orgânico e diferente do ingrediente principal;

(iii) todos os demais ingredientes agrícolas são orgânicos; e

(iv) o alimento processado cumpre as regras de produção estabelecidas nos pontos 1.5, 2.1(a), 2.1(b) e 2.2.1 da Parte IV do Anexo II, com exceção das regras sobre a utilização restrita de ingredientes agrícolas não biológicos estabelecidas no ponto 2.2.1 da Parte IV do Anexo II, e com as regras estabelecidas de acordo com o artigo 16.º (3).

A lista de ingredientes referida nas alíneas (a), (b) e (c) do primeiro parágrafo deve indicar quais ingredientes são orgânicos. As referências à produção orgânica só podem constar dos ingredientes orgânicos.

A lista de ingredientes referida nos pontos (b) e (c) do primeiro parágrafo deve incluir uma indicação da percentagem total de ingredientes biológicos em proporção à quantidade total de ingredientes agrícolas.

Os termos referidos no parágrafo 1, quando utilizados na lista de ingredientes referida nas alíneas (a), (b) e (c) do primeiro parágrafo deste parágrafo, e a indicação da percentagem referida no terceiro parágrafo deste parágrafo, devem aparecer na mesma cor, tamanho e estilo de letra idênticos às outras indicações na lista de ingredientes.

ingredientes.

6. Para rações processadas, os termos referidos no parágrafo 1 podem ser utilizados na descrição de venda e na lista de ingredientes, desde que:

- (a) a ração processada cumpre as regras de produção estabelecidas nas Partes II, III e V do Anexo II e as regras específicas estabelecidas de acordo com o Artigo 17(3);
- (b) todos os ingredientes de origem agrícola contidos na ração processada são orgânicos; e
- (c) pelo menos 95% da matéria seca do produto é orgânica.

Artigo 32

Indicações obrigatórias

1. Quando os produtos apresentarem termos a que se refere o n.º 1 do artigo 30.º, incluindo os produtos rotulados como produtos em conversão, nos termos do n.º 3 do artigo 30.º:

(a) o código da autoridade ou organismo de controlo a que está sujeito o operador que realizou a última operação de produção ou preparação deve também constar da rotulagem; e

(b) no caso de alimentos pré-embalados, o logotipo de produção biológica da União Europeia referido no artigo 33.º deve também constar da embalagem, exceto nos casos referidos no n.º 3 do artigo 30.º e nas alíneas b) e c) do n.º 5 do artigo 30.º.

2. Quando for utilizado o logotipo de produção biológica da União Europeia, deverá aparecer no mesmo campo visual que o logotipo uma indicação do local onde foram cultivadas as matérias-primas agrícolas que compõem o produto, assumindo uma das seguintes formas, conforme o caso:

- (a) «Agricultura da UE», onde a matéria-prima agrícola foi cultivada na União;
- (b) «Agricultura não pertencente à UE», em que a matéria-prima agrícola foi cultivada em países terceiros;
- (c) «Agricultura UE/não UE», em que uma parte das matérias-primas agrícolas foi cultivada na União e outra parte foi cultivada num país terceiro.

Para efeitos do primeiro parágrafo, a palavra "Agricultura" pode ser substituída por "Aquicultura", quando apropriado, e as palavras "UE" e "não UE" podem ser substituídas ou complementadas pelo nome de um país, ou pelo nome de um país e uma região, se todas as matérias-primas agrícolas que compõem o produto tiverem sido cultivadas nesse país e, se aplicável, nessa região.

Para a indicação do local de cultivo das matérias-primas agrícolas que compõem o produto, conforme mencionado nos primeiro e terceiro parágrafos, pequenas quantidades em peso dos ingredientes podem ser desconsideradas, desde que a quantidade total dos ingredientes desconsiderados não exceda 5% da quantidade total em peso das matérias-primas agrícolas.

As palavras "UE" ou "não UE" não devem aparecer em uma cor, tamanho e estilo de letra que sejam mais proeminentes do que o nome do produto.

3. As indicações referidas nos parágrafos 1 e 2 do presente artigo e no n.º 3 do artigo 33.º devem ser marcadas num local visível, de modo a serem facilmente visíveis, e devem ser claramente legíveis e indelévels.

Artigo 33

Logotipo de produção orgânica da União Europeia

1. O logotipo de produção biológica da União Europeia pode ser utilizado na rotulagem, apresentação e publicidade de produtos que cumpram o presente regulamento.

O logotipo da produção biológica da União Europeia também pode ser utilizado para fins informativos e educativos relacionados com a existência e a publicidade do próprio logotipo, desde que essa utilização não seja suscetível de induzir o consumidor em erro quanto à produção biológica de produtos específicos e desde que o logotipo seja reproduzido em conformidade com as regras estabelecidas no Anexo V. Nesse caso, os requisitos do n.º 2 do artigo 32.º e do ponto 1.7 do Anexo V não se aplicam.

O logotipo de produção biológica da União Europeia não deve ser utilizado para alimentos processados a que se refere a alínea b) e c) do n.º 5 do artigo 30.º e para produtos em conversão a que se refere o n.º 3 do artigo 30.º.
2. Exceto quando utilizado de acordo com o segundo parágrafo do n.º 1, o logótipo de produção biológica da União Europeia é uma certificação oficial de acordo com os artigos 86.º e 91.º do Regulamento (UE) 2017/625.
3. A utilização do logótipo de produção biológica da União Europeia é facultativa para os produtos importados de países terceiros. Sempre que esse logótipo conste na rotulagem desses produtos, a indicação referida no n.º 2 do artigo 32.º também deve constar da rotulagem.
4. O logotipo da produção biológica da União Europeia deve seguir o modelo estabelecido no Anexo V e cumprir as regras nele previstas.
5. Logotipos nacionais e logotipos privados podem ser usados na rotulagem, apresentação e publicidade de produtos que estejam em conformidade com o presente Regulamento.

Artigo 35

Certificado

1. As autoridades competentes, ou, se for caso disso, as autoridades de controlo ou os organismos de controlo, devem fornecer um certificado a qualquer operador ou grupo de operadores que tenha notificado a sua atividade em conformidade com o n.º 1 do artigo 34.º e que cumpra o presente regulamento. O certificado deve:

(a) ser emitidas em formato eletrónico sempre que possível;

(b) permitir pelo menos a identificação do operador ou grupo de operadores, incluindo a lista dos membros, a categoria de produtos abrangidos pelo certificado e o seu período de validade;

(c) certificar que a atividade notificada está em conformidade com o presente Regulamento; e

(d) ser emitido de acordo com o modelo estabelecido no Anexo VI.
2. Sem prejuízo do disposto no parágrafo 8 do presente artigo e no n.º 2 do artigo 34.º, os operadores e os grupos de operadores não devem colocar no mercado os produtos referidos no n.º 1 do artigo 2.º como produtos biológicos ou produtos em conversão, a menos que já possuam um certificado a que se refere o n.º 1 do presente artigo.
3. O certificado a que se refere o presente artigo é um certificado oficial na aceção da alínea a) do n.º 1 do artigo 86.º do Regulamento (UE) 2017/625.
4. Um operador ou um grupo de operadores não poderá obter um certificado de mais de um organismo de controlo relativamente a atividades exercidas no mesmo Estado-Membro sobre a mesma categoria de produtos, incluindo nos casos em que esse operador ou grupo de operadores atue em diferentes fases de produção, preparação e distribuição.
5. Os membros de um grupo de operadores não terão direito a obter um certificado individual para qualquer das atividades abrangidas pela certificação do grupo de operadores ao qual pertencem.
6. Os operadores devem verificar os certificados dos operadores que são seus fornecedores.
7. Para efeitos dos parágrafos 1 e 4 deste artigo, os produtos serão classificados de acordo com as seguintes categorias:

(a) plantas e produtos vegetais não processados, incluindo sementes e outros materiais reprodutivos vegetais;

- (b) animais e produtos pecuários não processados;
- (c) algas e produtos aquícolas não processados;
- (d) produtos agrícolas processados, incluindo produtos da aquicultura, para utilização como alimentos;
- (e) alimentar;
- (f) vinho;
- (g) outros produtos enumerados no Anexo I do presente Regulamento ou não abrangidos pelas categorias anteriores.

Artigo 39

Regras adicionais sobre as ações a serem tomadas pelos operadores e grupos de operadores.

1. Além das obrigações previstas no artigo 15.º do Regulamento (UE) 2017/625, os operadores e grupos de operadores devem:

- (a) manter registos para demonstrar o seu cumprimento do presente Regulamento;
- (b) fazer todas as declarações e outras comunicações necessárias para os controlos oficiais;
- (c) tomar as medidas práticas relevantes para garantir o cumprimento do presente regulamento;
- (d) fornecer, sob a forma de uma declaração a ser assinada e atualizada conforme necessário:
 - (i) a descrição completa da unidade de produção biológica ou de conversão e das atividades a serem realizadas de acordo com o presente Regulamento;
 - (ii) as medidas práticas relevantes a serem tomadas para garantir a conformidade com o presente regulamento;
 - (iii) um compromisso:

— informar por escrito e sem demora injustificada os compradores dos produtos e trocar informações relevantes com a autoridade competente ou, quando for o caso, com a autoridade ou organismo de controlo, caso se confirme uma suspeita de incumprimento, não seja possível eliminar essa suspeita ou se tenha constatado um incumprimento que afete a integridade dos produtos em causa;

— aceitar a transferência do dossiê de controlo em caso de mudança de autoridade ou organismo de controlo ou, em caso de abandono da produção biológica, a conservação do dossiê de controlo por um período mínimo de cinco anos pela última autoridade ou organismo de controlo,

— informar imediatamente a autoridade competente ou a autoridade ou organismo designado de acordo com o artigo 34.º, n.º 4, em caso de abandono da produção biológica, e

— aceitar a troca de informações entre essas autoridades ou órgãos, caso os subcontratados estejam sujeitos a controlos por diferentes autoridades ou órgãos de controle.

Artigo 45

Importação de produtos orgânicos e em processo de conversão

1. Um produto pode ser importado de um país terceiro com o objetivo de ser colocado no mercado da União como produto biológico ou como produto em conversão, desde que sejam cumpridas as três condições seguintes:

(a) o produto é um produto a que se refere o artigo 2.º (1);

(b) uma das seguintes opções se aplica:

(i) o produto cumpre os Capítulos II, III e IV deste Regulamento, e todos os operadores e grupos de operadores referidos no artigo 36.º, incluindo os exportadores no país terceiro em causa, foram sujeitos a controlos por autoridades de controlo ou organismos de controlo reconhecidos nos termos do artigo 46.º, e essas autoridades ou organismos forneceram a todos esses operadores, grupos de operadores e exportadores um certificado que confirma que cumprem o presente Regulamento;

(ii) nos casos em que o produto provenha de um país terceiro reconhecido nos termos do artigo 47.º, esse produto cumpra as condições estabelecidas no acordo comercial relevante; ou

(iii) nos casos em que o produto provenha de um país terceiro reconhecido nos termos do artigo 48.º, esse produto cumpra as regras equivalentes de produção e controlo desse país terceiro e seja importado com um certificado de inspeção que confirme essa conformidade, emitido pelas autoridades competentes, autoridades de controlo ou organismos de controlo desse país terceiro; e

(c) Os operadores em países terceiros podem, a qualquer momento, fornecer aos importadores e às autoridades nacionais da União e desses países terceiros informações que permitam identificar os operadores que são seus fornecedores e as autoridades ou organismos de controlo desses fornecedores, com vista a garantir a rastreabilidade do produto biológico ou em conversão em causa. Essas informações devem ser igualmente disponibilizadas às autoridades ou organismos de controlo dos importadores.

ANEXO I

OUTROS PRODUTOS MENCIONADOS NO ARTIGO 2(1)

- Leveduras utilizadas como alimento ou ração animal,
- mate, milho doce, folhas de videira, palmito, brotos de lúpulo e outras partes comestíveis semelhantes de plantas e produtos derivados delas,
- sal marinho e outros sais para alimentação humana e animal,
- casulo de bicho-da-seda adequado para fiação,
- gomas e resinas naturais,
- cera de abelha,
- óleos essenciais,
- rolhas de cortiça natural, não aglomerada e sem quaisquer substâncias aglutinantes,
- algodão, não cardado nem penteado,
- lã, não cardada nem penteada,
- couros crus e peles não tratadas,
- preparações fitoterápicas tradicionais à base de plantas.

ANEXO II

REGRAS DE PRODUÇÃO DETALHADAS MENCIONADAS NO CAPÍTULO III

Parte II: Regras de produção pecuária

Além das regras de produção estabelecidas nos artigos 9.º, 10.º, 11.º e 14.º, aplicam-se à produção pecuária biológica as regras estabelecidas nesta Parte.

1. Requisitos gerais

1.1. Exceto no caso da apicultura, a produção pecuária sem terra, em que o agricultor que pretende produzir gado orgânico não gere terras agrícolas e não tenha estabelecido um acordo de cooperação por escrito com um agricultor relativamente à utilização de unidades de produção orgânica ou unidades de produção em conversão para esse gado, será proibida.

Os operadores devem manter disponíveis provas documentais de qualquer derrogação das regras de produção pecuária obtidas de acordo com os pontos 1.3.4.3, 1.3.4.4, 1.7.5, 1.7.8, 1.9.3.1(c) e 1.9.4.2(c).

1.2. Conversão

1.2.1. No caso de início simultâneo da conversão da unidade de produção, incluindo pastagens ou qualquer terreno utilizado para alimentação animal, e dos animais existentes nesta unidade de produção no início do período de conversão desta unidade de produção referido nos pontos 1.7.1 e 1.7.5(b) da Parte I, os animais e os produtos de origem animal podem ser considerados orgânicos no final do período de conversão da unidade de produção, mesmo que o período de conversão estabelecido no ponto 1.2.2 desta Parte para o tipo de animal em causa seja mais longo do que o período de conversão para a unidade de produção.

Em derrogação ao ponto 1.4.3.1, no caso de conversão simultânea e durante o período de conversão da unidade de produção, os animais presentes nessa unidade de produção desde o início do período de conversão podem ser alimentados com ração de conversão produzida na própria unidade de produção em conversão durante o primeiro ano de conversão e/ou com ração de acordo com o ponto 1.4.3.1 e/ou com ração orgânica.

Animais não orgânicos podem ser introduzidos em uma unidade de produção em conversão após o início do período de conversão, de acordo com o ponto 1.3.4.

1.2.2. Os períodos de conversão específicos para cada tipo de produção animal são definidos da seguinte forma:

- (a) 12 meses no caso de bovinos e equinos destinados à produção de carne e, em qualquer caso, não menos de três quartos da sua vida;
- (b) seis meses no caso de animais ovínos, caprinos e suínos e animais para produção de leite;
- (c) 10 semanas para aves para produção de carne, exceto patos de Pequim, trazidos antes de completarem três dias de idade;
- (d) sete semanas para patos de Pequim trazidos antes de completarem três dias de idade;
- (e) seis semanas no caso de aves para produção de ovos trazidas antes de completarem três dias de idade;
- (f) 12 meses para abelhas.

Durante o período de conversão, a cera deverá ser substituída por cera proveniente da apicultura orgânica.

No entanto, cera de abelha não orgânica pode ser utilizada:

- (i) onde a cera de abelha proveniente da apicultura orgânica não está disponível no mercado;

<p>(ii) quando comprovadamente livre de contaminação com produtos ou substâncias não autorizadas para uso na produção orgânica; e</p> <p>(iii) desde que venha da tampa;</p> <p>(g) três meses para coelhos;</p> <p>(h) 12 meses para animais cervídeos.</p>
1.3. Origem dos animais
1.3.1. Sem prejuízo das regras de conversão, o gado biológico deve nascer ou chocar e ser criado em unidades de produção biológica.
<p>1.3.2. No que diz respeito à criação de animais orgânicos:</p> <p>(a) a reprodução deverá utilizar métodos naturais; no entanto, a inseminação artificial será permitida;</p> <p>(b) a reprodução não deve ser induzida ou impedida por tratamento com hormônios ou outras substâncias com efeito semelhante, exceto como forma de tratamento terapêutico veterinário no caso de um animal individual;</p> <p>(c) outras formas de reprodução artificial, como clonagem e transferência de embriões, não devem ser utilizadas;</p> <p>(d) a escolha das raças deve ser adequada aos princípios da produção biológica, deve assegurar um elevado nível de bem-estar animal e deve contribuir para a prevenção de qualquer sofrimento e para evitar a necessidade de mutilação dos animais.</p>
<p>1.3.3. Ao escolher raças ou linhagens, os produtores devem considerar dar preferência àquelas com alto grau de diversidade genética, capacidade de adaptação às condições locais, valor reprodutivo, longevidade, vitalidade e resistência a doenças ou problemas de saúde, sem comprometer o bem-estar animal. Além disso, as raças ou linhagens devem ser selecionadas de forma a evitar doenças ou problemas de saúde específicos associados a algumas raças ou linhagens utilizadas na produção intensiva, como a síndrome do estresse suíno, que pode levar à carne pálida, mole e exsudativa (PSE), morte súbita, aborto espontâneo e partos difíceis que requerem cesariana. Deve-se dar preferência a raças e linhagens autóctones.</p> <p>Para escolher as raças e linhagens de acordo com o primeiro parágrafo, os operadores devem utilizar as informações disponíveis nos sistemas referidos no artigo 26.º (3).</p>
1.3.4. Utilização de animais não orgânicos
1.3.4.1. Em derrogação ao disposto no ponto 1.3.1, para fins de reprodução, animais criados em sistemas não orgânicos podem ser levados para uma unidade de produção orgânica quando raças estiverem em perigo de extinção na agricultura, conforme mencionado na alínea b) do n.º 10 do artigo 28.º do Regulamento (UE) n.º 1305/2013 e nas leis adotadas com base nesse regulamento. Nesse caso, os animais dessas raças não precisam necessariamente ser nulas.
1.3.4.2. Em derrogação ao ponto 1.3.1, para a renovação de apiários, 20% ao ano das abelhas rainhas e enxames podem ser substituídos por abelhas rainhas e enxames não orgânicos na unidade de produção orgânica, desde que as abelhas rainhas e os enxames sejam colocados em colmeias com favos ou lâminas de cera alveolada provenientes de unidades de produção orgânica. Em qualquer caso, um enxame ou uma abelha rainha pode ser substituído por ano por um enxame ou uma abelha rainha não orgânica.
1.3.4.3. Em derrogação ao ponto 1.3.1, quando um plantel for constituído pela primeira vez, ou for renovado ou reconstituído, e quando as necessidades qualitativas e quantitativas dos agricultores não puderem ser satisfeitas, a autoridade competente poderá decidir que aves criadas em sistemas não orgânicos poderão ser introduzidas em uma unidade de produção avícola orgânica, desde que as frangas para a produção de ovos e as aves para a produção de carne tenham menos de três dias de idade. Os produtos derivados dessas aves só poderão ser considerados orgânicos se o período de conversão especificado no ponto 1.2 tiver sido cumprido.
<p>1.3.4.4. Em derrogação ao ponto 1.3.1, quando os dados recolhidos no sistema referido na alínea b) do n.º 2 do artigo 26.º demonstrarem que as necessidades qualitativas ou quantitativas do produtor em matéria de animais biológicos não são satisfeitas, as autoridades competentes podem autorizar a introdução de animais não biológicos numa unidade de produção biológica, sujeitas às condições previstas nos pontos 1.3.4.4.1 a 1.3.4.4.4.</p> <p>Antes de solicitar qualquer derrogação, o agricultor deve consultar os dados recolhidos no sistema referido na alínea b) do n.º 2 do artigo 26.º, a fim de verificar se o seu pedido é justificado.</p>

Para os operadores em países terceiros, as autoridades de controlo e os organismos de controlo reconhecidos de acordo com o artigo 46.º (1) podem autorizar a introdução de animais não biológicos numa unidade de produção biológica sempre que os animais biológicos não estejam disponíveis em qualidade ou quantidade suficiente no território do país onde o operador se encontra.

1.3.4.4.1. Para fins de reprodução, animais jovens não orgânicos podem ser introduzidos quando um rebanho ou plantel é constituído pela primeira vez. Eles devem ser criados de acordo com as normas de produção orgânica imediatamente após o desmame. Além disso, as seguintes restrições se aplicam na data em que esses animais entram no rebanho ou plantel:

- (a) os animais bovinos, os animais equinos e os animais cervídeos devem ter menos de seis meses de idade;
- (b) os animais ovinos e os animais caprinos devem ter menos de 60 dias de idade;
- (c) os animais suínos devem pesar menos de 35 kg;
- (d) os coelhos devem ter menos de três meses de idade.

1.3.4.4.2. Para fins de reprodução, machos adultos não orgânicos e fêmeas núlparas não orgânicas podem ser introduzidos para a renovação de um rebanho. Eles deverão ser criados posteriormente de acordo com as normas de produção orgânica. Além disso, o número de fêmeas estará sujeito às seguintes restrições por ano:

- (a) até um máximo de 10% de animais equinos ou bovinos adultos e 20% de animais suínos, ovinos, caprinos, coelhos ou cervídeos adultos podem ser introduzidos;
- (b) para unidades com menos de 10 animais equinos, cervídeos ou bovinos ou coelhos, ou com menos de cinco animais suínos, ovinos ou caprinos, qualquer renovação desse tipo será limitada a um máximo de um animal por ano.

1.3.4.4.3. As percentagens estabelecidas no ponto 1.3.4.4.2 podem ser aumentadas até 40%, desde que a autoridade competente tenha confirmado o cumprimento de qualquer uma das seguintes condições:

- (a) uma grande ampliação da fazenda foi realizada;
- (b) uma raça foi substituída por outra;
- (c) uma nova especialização em pecuária foi iniciada.

1.3.4.4.4. Nos casos referidos nos pontos 1.3.4.4.1, 1.3.4.4.2 e 1.3.4.4.3, os animais não orgânicos só podem ser considerados orgânicos se o período de conversão especificado no ponto 1.2 tiver sido cumprido. O período de conversão estabelecido no ponto 1.2.2 deve começar, no mínimo, assim que os animais forem introduzidos na unidade de produção em conversão.

1.3.4.4.5. Nos casos referidos nos pontos 1.3.4.4.1 a 1.3.4.4.4, os animais não orgânicos devem ser mantidos separados dos outros animais ou devem ser mantidos identificáveis até o final do período de conversão referido no ponto 1.3.4.4.4.

1.3.4.5. Os operadores devem manter registros ou comprovação documental da origem dos animais, identificando-os de acordo com os sistemas apropriados (por animal ou por lote/rebanho/colmeia), dos registros veterinários dos animais introduzidos na propriedade, da data de chegada e do período de conversão.

1.4. Nutrição

1.4.1. Requisitos nutricionais gerais

Em relação à nutrição, aplicam-se as seguintes regras:

- (a) a ração para o gado deve ser obtida principalmente da exploração agrícola onde os animais são mantidos ou deve ser obtida de unidades de produção biológica ou em conversão pertencentes a outras explorações na mesma região;
- (b) o gado deve ser alimentado com ração orgânica ou em conversão que atenda às necessidades nutricionais do animal nos vários estágios de seu desenvolvimento; a alimentação restrita não será permitida na produção pecuária, a menos que seja justificada por razões veterinárias;
- (c) o gado não deve ser mantido em condições ou alimentado com uma dieta que possa favorecer a anemia;

- (d) as práticas de engorda devem sempre respeitar os padrões nutricionais normais para cada espécie e o bem-estar dos animais em cada fase do processo de criação; a alimentação forçada é proibida;
- (e) com exceção dos suínos, aves e abelhas, o gado terá acesso permanente a pastagens sempre que as condições o permitirem ou terá acesso permanente a forragem;
- (f) não devem ser utilizados promotores de crescimento nem aminoácidos sintéticos;
- (g) os animais lactentes devem ser preferencialmente alimentados com leite materno durante um período mínimo estabelecido pela Comissão em conformidade com a alínea a) do n.º 3 do artigo 14.º; os substitutos do leite que contenham componentes sintetizados quimicamente ou componentes de origem vegetal não devem ser utilizados durante esse período;
- (h) os materiais de alimentação de origem vegetal, algal, animal ou de levedura devem ser orgânicos;
- (i) Os materiais alimentares não orgânicos de origem vegetal, algal, animal ou levedura, os materiais alimentares de origem microbiana ou mineral, os aditivos alimentares e os auxiliares de processamento só podem ser utilizados se tiverem sido autorizados nos termos do artigo 24.º para utilização na produção biológica.

1.4.2. Pastoreio

1.4.2.1. Pastoreio em terras orgânicas

Sem prejuízo do disposto no ponto 1.4.2.2, os animais biológicos devem pastar em terrenos biológicos. No entanto, os animais não biológicos podem utilizar pastagens biológicas por um período limitado de cada ano, desde que tenham sido criados de forma ambientalmente sustentável em terrenos abrangidos pelos artigos 23.º, 25.º, 28.º, 30.º, 31.º e 34.º do Regulamento (UE) n.º 1305/2013 e que não se encontrem no terreno biológico ao mesmo tempo que os animais biológicos.

1.4.2.2. Pastoreio em terras comuns e transumância

1.4.2.2.1. Animais orgânicos podem pastar em terras comuns, desde que:

- (a) o terreno comum não foi tratado com produtos ou substâncias não autorizadas para uso na produção orgânica por pelo menos três anos;
- (b) quaisquer animais não orgânicos que utilizem o terreno comum tenham sido criados de forma ambientalmente correta em terrenos apoiados nos termos dos artigos 23.º, 25.º, 28.º, 30.º, 31.º e 34.º Regulamento (UE) n.º 1305/2013;
- (c) quaisquer produtos pecuários de animais orgânicos que foram produzidos durante o período em que esses animais pastavam em terras comuns não são considerados produtos orgânicos, a menos que se possa comprovar uma segregação adequada de animais não orgânicos.

1.4.2.2.2. Durante o período de transumância, os animais orgânicos podem pastar em terrenos não orgânicos quando forem deslocados a pé de uma área de pastagem para outra. Durante esse período, os animais orgânicos devem ser mantidos separados dos demais animais. Será permitida a ingestão de alimento não orgânico, na forma de grama e outras vegetações das quais os animais pastam.

- (a) por um período máximo de 35 dias, abrangendo tanto a viagem de ida quanto a de volta; ou
- (b) para um máximo de 10% da ração total por ano, calculada como percentagem da matéria seca dos alimentos de origem agrícola.

1.4.3. Alimentação de conversão

1.4.3.1. Para explorações agrícolas que produzem gado biológico:

- (a) até 25% em média da fórmula alimentar das rações pode ser composta por alimento em conversão do segundo ano de conversão. Esta percentagem pode ser aumentada para 100% se este alimento em conversão provier da exploração onde o gado é mantido; e
- (b) até 20% da quantidade média total de alimento fornecido ao gado pode ter origem no pastoreio ou na colheita de pastagens permanentes, parcelas de forragem perene ou culturas proteicas semeadas sob gestão orgânica em terras no seu primeiro ano de conversão, desde que essas terras façam parte da própria exploração.

Quando ambos os tipos de ração de conversão mencionados nos pontos (a) e (b) forem usados na alimentação, a percentagem total combinada dessa ração não deverá exceder a percentagem

fixo no ponto (a).
1.4.3.2. Os valores do ponto 1.4.3.1 devem ser calculados anualmente como uma porcentagem da matéria seca da ração de origem vegetal.
1.4.4. Registro do regime alimentar <p>Os operadores devem manter registros do regime alimentar e, quando aplicável, do período de pastoreio. Em particular, devem manter registros do nome da ração, incluindo qualquer tipo de ração utilizada, por exemplo, ração composta, proporções dos vários ingredientes das rações e proporção de ração proveniente da sua própria exploração ou da mesma região e, quando aplicável, períodos de acesso às áreas de pastoreio, períodos de transumância onde se aplicam restrições e comprovativos documentais da aplicação dos pontos 1.4.2 e 1.4.3.</p>
1.5. Assistência médica
1.5.1. Prevenção de doenças
1.5.1.1. A prevenção de doenças deve basear-se na seleção de raças e linhagens, práticas de manejo, alimentação de alta qualidade, exercícios, densidade de animais adequada e instalações apropriadas mantidas em condições higiênicas.
1.5.1.2. Podem ser utilizados medicamentos veterinários imunológicos.
1.5.1.3. Produtos medicinais veterinários alopatícos sintetizados quimicamente, incluindo antibióticos e bolos de moléculas químicas alopatícas sintetizadas, não devem ser usados para tratamento preventivo.
1.5.1.4. Substâncias que promovem o crescimento ou a produção (incluindo antibióticos, coccidiostáticos e outros auxiliares artificiais para fins de promoção do crescimento) e hormônios e substâncias similares com o objetivo de controlar a reprodução ou para outros fins (por exemplo, indução ou sincronização do estro) não devem ser utilizadas.
1.5.1.5. Quando o gado for obtido de unidades de produção não orgânicas, medidas especiais, como testes de triagem ou períodos de quarentena, deverão ser aplicadas, dependendo das circunstâncias locais.
1.5.1.6. Somente os produtos de limpeza e desinfecção de instalações pecuárias autorizados nos termos do Artigo 24 para uso na produção orgânica devem ser utilizados para essa finalidade. Os operadores devem manter registros do uso desses produtos, incluindo a data ou datas em que o produto foi utilizado, o nome do produto, suas substâncias ativas, e a localização de tal uso.
1.5.1.7. As instalações, currais, equipamentos e utensílios devem ser devidamente limpos e desinfetados para evitar a contaminação cruzada e o acúmulo de organismos causadores de doenças. As fezes, a urina e a ração não consumida ou derramada devem ser removidas com a frequência necessária para minimizar o odor e evitar a atração de insetos ou roedores. Raticidas, a serem utilizados apenas em armadilhas, e produtos e substâncias autorizados nos termos dos artigos 9.º e 24.º para uso na produção biológica podem ser utilizados para a eliminação de insetos e outras pragas em edifícios e outras instalações onde o gado é mantido.
1.5.2. Tratamento veterinário
1.5.2.1. Quando os animais adoecerem ou se ferirem apesar das medidas preventivas para garantir a saúde animal, eles deverão ser tratados imediatamente.
1.5.2.2. A doença deve ser tratada imediatamente para evitar o sofrimento do animal. Produtos medicinais veterinários alopatícos sintetizados quimicamente, incluindo antibióticos, podem ser usados quando necessário, sob condições rigorosas e sob a responsabilidade de um médico veterinário, quando o uso de fitoterápicos, homeopáticos e outros produtos for inadequado. Em particular, devem ser definidas restrições quanto à duração do tratamento e aos períodos de carência.
1.5.2.3. As matérias-primas para alimentação animal de origem mineral autorizadas nos termos do artigo 24.º para utilização na produção biológica, os aditivos nutricionais autorizados nos termos do artigo 24.º para utilização na produção biológica e os produtos fitoterápicos e homeopáticos devem ser utilizados de preferência ao tratamento com medicamentos veterinários alopatícos sintetizados quimicamente, incluindo antibióticos, desde que o seu efeito terapêutico seja eficaz para a espécie animal e para a condição para a qual o tratamento se destina.
1.5.2.4. Com exceção das vacinações, tratamentos para parasitas e programas de erradicação obrigatória, quando um animal ou um grupo de animais receber mais de três ciclos de tratamento com medicamentos veterinários alopatícos sintetizados quimicamente, incluindo antibióticos, em um período de 12 meses, ou mais de um ciclo de tratamento se o seu ciclo de vida produtivo for inferior a um ano, nem o gado em questão nem os produtos derivados desse gado poderão ser comercializados como produtos orgânicos, e o gado estará sujeito ao

períodos de conversão referidos no ponto 1.2.
1.5.2.5. O período de carência entre a última administração a um animal de um medicamento veterinário alopático sintetizado quimicamente, incluindo um antibiótico, em condições normais de utilização, e a produção de produtos alimentares orgânicos a partir desse animal deve ser o dobro do período de carência referido no artigo 11.º da Diretiva 2001/82/CE, e deve ser de, pelo menos, 48 horas.
1.5.2.6. Serão permitidos os tratamentos relacionados com a proteção da saúde humana e animal impostos com base na legislação da União.
1.5.2.7. Os operadores devem manter registos ou provas documentais de qualquer tratamento aplicado e, em particular, a identificação dos animais tratados, a data do tratamento, o diagnóstico, a posologia, o nome do produto de tratamento e, quando aplicável, a prescrição veterinária para os cuidados veterinários, bem como o período de carência aplicado antes de os produtos de origem animal poderem ser comercializados e rotulados como biológicos.
1.6. Práticas de alojamento e criação de animais
1.6.1. O isolamento, o aquecimento e a ventilação do edifício devem garantir que a circulação do ar, o nível de poeira, a temperatura, a umidade relativa do ar e a concentração de gases sejam mantidos dentro de limites que assegurem o bem-estar dos animais. O edifício deve permitir a entrada de abundante ventilação natural e luz.
1.6.2. O alojamento para animais de criação não será obrigatório em áreas com condições climáticas adequadas que permitam a criação ao ar livre. Nesses casos, os animais deverão ter acesso a abrigos ou áreas sombreadas para protegê-los das intempéries.
1.6.3. A densidade de animais nos galpões deve garantir o conforto, o bem-estar e as necessidades específicas de cada espécie, dependendo, em particular, da espécie, da raça e da idade dos animais. Deve também levar em consideração as necessidades comportamentais dos animais, que dependem, em especial, do tamanho do grupo e do sexo dos animais. A densidade deve assegurar o bem-estar dos animais, proporcionando-lhes espaço suficiente para se manterem em pé naturalmente, movimentarem-se, deitarem-se com facilidade, virarem-se, se limparem, assumirem todas as posturas naturais e realizarem todos os movimentos naturais, como esticar-se e bater as asas.
1.6.4. A superfície mínima para áreas internas e externas, e os detalhes técnicos relativos à habitação, estabelecidos nos atos de execução referidos no artigo 14.º (3), devem ser respeitados.
1.6.5. Áreas ao ar livre podem ser parcialmente cobertas. Varandas não devem ser consideradas como áreas ao ar livre.
1.6.6. A densidade total de animais não deve exceder o limite de 170 kg de nitrogénio orgânico por ano e por hectare de área agrícola.
1.6.7. Para determinar a densidade adequada de animais referida no ponto 1.6.6, a autoridade competente deve definir as unidades de animais equivalentes ao limite referido no ponto 1.6.6, seguindo os valores estabelecidos em cada um dos requisitos específicos por tipo de produção animal.
1.6.8. Gaiolas, caixas e plataformas planas para criação de animais não devem ser utilizadas para nenhuma espécie animal.
1.6.9. Quando o gado for tratado individualmente por razões veterinárias, deverá ser mantido em espaços com piso firme e com cama de palha ou material apropriado. O animal deve poder virar-se facilmente e deitar-se confortavelmente com todo o seu comprimento.
1.6.10. Animais de criação orgânica não podem ser criados em currais com solo muito úmido ou pantanoso.
1.7. Bem-estar animal
1.7.1. Todas as pessoas envolvidas na manutenção de animais e no manuseio de animais durante o transporte e o abate devem possuir os conhecimentos e habilidades básicos necessários em relação às necessidades de saúde e bem-estar dos animais e devem ter recebido treinamento adequado, conforme exigido, em particular, pelo Regulamento (CE) n.º 1/2005 do Conselho (1) e pelo Regulamento (CE) n.º 1099/2009 do Conselho (2), para garantir a correta aplicação das regras estabelecidas neste Regulamento.
1.7.2. As práticas de manejo, incluindo a densidade de animais e as condições de alojamento, devem garantir que as necessidades de desenvolvimento, fisiológicas e etológicas dos animais sejam atendidas.
1.7.3. O gado deve ter acesso permanente a áreas ao ar livre que permitam aos animais exercitarem-se, de preferência pastagens, sempre que as condições meteorológicas e sazonais e o estado do terreno o permitam, exceto nos casos em que tenham sido impostas restrições e obrigações relacionadas com a proteção da saúde humana e animal com base na legislação da União.

1.7.4. O número de animais deve ser limitado com o objetivo de minimizar o sobrepastoreio, a compactação do solo, a erosão e a poluição causadas pelos animais ou pela dispersão de seus dejetos.

1.7.5. O confinamento ou isolamento de animais é proibido, exceto em relação a animais individuais por um período limitado e na medida em que isso se justifique por razões veterinárias. O isolamento de animais só pode ser autorizado, e apenas por um período limitado, quando a segurança dos trabalhadores estiver comprometida ou por razões de bem-estar animal. As autoridades competentes podem autorizar o confinamento de bovinos em explorações com um máximo de 50 animais (excluindo animais jovens) quando não for possível manter os bovinos em grupos adequados às suas necessidades comportamentais, desde que tenham acesso a pastagens durante o período de pastoreio e a áreas ao ar livre pelo menos duas vezes por semana quando o pastoreio não for possível.

1.7.6. A duração do transporte de animais vivos deve ser minimizada.

1.7.7. Qualquer sofrimento, dor e angústia devem ser evitados e minimizados durante toda a vida do animal, inclusive no momento do abate.

1.7.8. Sem prejuízo de desenvolvimentos na legislação da União em matéria de bem-estar animal, o corte da cauda de ovelhas, o corte do bico realizado nos primeiros três dias de vida e a descorna podem ser permitidos, em casos excepcionais, mas apenas caso a caso e somente quando essas práticas melhorarem a saúde, o bem-estar ou a higiene do rebanho ou quando a segurança dos trabalhadores estiver comprometida. A descorna pode ser permitida apenas caso a caso, quando melhorar a saúde, o bem-estar ou a higiene do rebanho ou quando a segurança dos trabalhadores estiver comprometida. A autoridade competente só autorizará essas operações se o operador tiver notificado e justificado devidamente as operações à referida autoridade e se a operação for realizada por pessoal qualificado.

1.7.9. O sofrimento dos animais deve ser minimizado através da aplicação de anestesia e/ou analgesia adequadas e da realização de cada operação apenas na idade mais apropriada e por pessoal qualificado.

1.7.10. A castração física será permitida para manter a qualidade dos produtos e as práticas tradicionais de produção, mas apenas nas condições estabelecidas no ponto 1.7.9.

1.7.11. O embarque e desembarque de animais devem ser realizados sem o uso de qualquer tipo de estimulação elétrica ou outra estimulação dolorosa para coagir os animais. O uso de tranquilizantes alopatícos, antes ou durante o transporte, é proibido.

1.7.12. Os operadores devem manter registos ou comprovativos documentais de qualquer operação específica aplicada e as respetivas justificações para a aplicação dos pontos 1.7.5, 1.7.8, 1.7.9 ou 1.7.10. No que diz respeito aos animais que saem da exploração, devem ser registados os seguintes dados, quando aplicáveis: idade, número de animais, peso dos animais destinados ao abate, identificação apropriada (por animal ou por lote/rebanho/colmeia), data de partida e destino.

1.8. Preparação de produtos não processados

Caso sejam realizadas operações de preparação que não sejam de processamento em animais, os requisitos gerais estabelecidos nos pontos 1.2, 1.3, 1.4, 1.5 e 2.2.3 da Parte IV serão aplicados, *mutatis mutandis*, a essas operações.

1.9. Regras gerais adicionais

1.9.1. Para bovinos, ovinos, caprinos e equinos

1.9.1.1. Nutrição

Em relação à nutrição, aplicam-se as seguintes regras:

(a) pelo menos 60% da ração deve provir da própria exploração agrícola ou, se tal não for viável ou se essa ração não estiver disponível, deve ser produzida em cooperação com outras unidades de produção biológica ou em conversão e operadores de ração, utilizando ração e matéria-prima da mesma região. Esta percentagem será aumentada para 70% a partir de 1 de janeiro de 2024;

(b) os animais terão acesso a pastagens para pastoreio sempre que as condições o permitirem;

(c) não obstante o disposto na alínea (b), os bovinos machos com mais de um ano de idade terão acesso a pastagens ou a uma área ao ar livre;

(d) quando os animais têm acesso a pastagens durante o período de pastoreio e quando o sistema de alojamento de inverno permite que os animais se movimentem livremente, a obrigação de fornecer áreas ao ar livre durante os meses de inverno pode ser dispensada;

(e) os sistemas de criação devem ser baseados na utilização máxima das pastagens, tendo em conta a disponibilidade de pastagens nos diferentes períodos do ano;

(f) pelo menos 60% da matéria seca nas rações diárias deve consistir em forragem, feno fresco ou seco, ou silagem. Esta percentagem pode ser reduzida para 50% para animais em produção leiteira por um período máximo de três meses no início da lactação.

1.9.1.2. Práticas de alojamento e criação de animais

Com relação às práticas de alojamento e criação de animais, aplicam-se as seguintes regras:

(a) as habitações devem ter pisos lisos, mas não escorregadios;

(b) As instalações devem dispor de uma área de descanso ou repouso confortável, limpa e seca, de tamanho suficiente, que deve consistir em uma construção sólida, sem ripas. Deve ser fornecida uma ampla cama seca, coberta com material de cama, na área de descanso. A cama deve ser composta de palha ou outro material natural adequado. A cama pode ser melhorada e enriquecida com qualquer produto mineral autorizado nos termos do Artigo 24 como fertilizante ou condicionador de solo para uso na produção orgânica;

(c) não obstante o disposto na alínea a) do primeiro parágrafo do n.º 1 do artigo 3.º e no segundo parágrafo do n.º 1 do artigo 3.º da Diretiva 2008/119/CE do Conselho (1), o alojamento de vitelos em boxes individuais é proibido após a idade de uma semana, exceto para animais individuais por um período limitado e na medida em que tal se justifique por razões veterinárias;

(d) Quando um bezerro for tratado individualmente por razões veterinárias, ele deverá ser mantido em espaços com piso firme e cama de palha. O bezerro deve ser capaz de se virar facilmente e deitar-se confortavelmente com todo o seu comprimento.

1.9.2. Para animais cervídeos

1.9.2.1. Nutrição

Em relação à nutrição, aplicam-se as seguintes regras:

(a) pelo menos 60% da ração deve provir da própria exploração agrícola ou, se tal não for viável ou se essa ração não estiver disponível, deve ser produzida em cooperação com outras unidades de produção biológica ou em conversão e operadores de ração, utilizando ração e matéria-prima da mesma região. Esta percentagem será aumentada para 70% a partir de 1 de janeiro de 2024;

(b) os animais terão acesso a pastagens para pastoreio sempre que as condições o permitirem;

(c) quando os animais têm acesso a pastagens durante o período de pastoreio e quando o sistema de alojamento de inverno permite que os animais se movimentem livremente, a obrigação de fornecer áreas ao ar livre durante os meses de inverno pode ser dispensada;

(d) os sistemas de criação devem ser baseados na utilização máxima das pastagens, tendo em conta a disponibilidade de pastagens nos diferentes períodos do ano;

(e) pelo menos 60% da matéria seca nas rações diárias deve consistir em forragem, feno fresco ou seco, ou silagem. Esta percentagem pode ser reduzida para 50% para cervídeos fêmeas em produção de leite por um período máximo de três meses no início da lactação;

(f) O pastoreio natural deve ser assegurado no curral durante o período de vegetação. Currais que não possam fornecer alimento por meio do pastoreio durante o período de vegetação não serão permitidos;

(g) a alimentação só será permitida em caso de escassez de pasto devido a condições meteorológicas adversas;

(h) Os animais criados em curral devem ter acesso a água limpa e fresca. Se não houver uma fonte natural de água de fácil acesso para os animais, devem ser providenciados bebedouros.

1.9.2.2. Práticas de alojamento e criação de animais

Com relação às práticas de alojamento e criação de animais, aplicam-se as seguintes regras:

(a) Os cervídeos devem ter à sua disposição esconderijos, abrigos e cercas que não causem danos aos animais;

(b) nos currais de veados vermelhos, os animais devem poder rolar na lama para garantir a limpeza da pele e a regulação da temperatura corporal;

(c) qualquer habitação deverá ter pisos lisos, mas não escorregadios;

(d) qualquer alojamento deve ser provido de uma área de descanso ou repouso confortável, limpa e seca, de tamanho suficiente, constituída por uma construção sólida que não seja ripada. Deve ser fornecida uma cama seca e abundante, coberta com material de cama, na área de descanso. A cama deve ser composta de palha ou outro material natural adequado. A cama pode ser melhorada e enriquecida com qualquer produto mineral autorizado nos termos do artigo 24.º como fertilizante ou condicionador de solo para utilização na produção biológica;

(e) Os comedouros devem ser instalados em áreas protegidas das intempéries e acessíveis tanto aos animais quanto às pessoas que cuidam deles. O solo onde os comedouros estão localizados deve ser compactado e o equipamento de alimentação deve ser coberto;

(f) se não for possível garantir o acesso permanente à alimentação, os locais de alimentação devem ser projetados de forma que todos os animais possam se alimentar ao mesmo tempo.

1.9.3. Para animais suínos

1.9.3.1. Nutrição

Em relação à nutrição, aplicam-se as seguintes regras:

(a) pelo menos 30% da ração deve vir da própria fazenda ou, se isso não for viável ou tal ração não estiver disponível, deve ser produzida em cooperação com outras unidades de produção orgânica ou em conversão e operadores de ração usando ração e material de ração da mesma região;

(b) forragem, feno fresco ou seco, ou silagem devem ser adicionados à ração diária;

(c) Nos casos em que os agricultores não consigam obter ração proteica exclusivamente de produção biológica e a autoridade competente tenha confirmado que a ração proteica biológica não está disponível em quantidade suficiente, a ração proteica não biológica pode ser utilizada até 31 de dezembro de 2026, desde que sejam cumpridas as seguintes condições:

(i) não está disponível na forma orgânica;

(ii) é produzido ou preparado sem solventes químicos;

(iii) seu uso se limita à alimentação de leitões de até 35 kg com compostos proteicos específicos; e

(iv) a percentagem máxima autorizada por período de 12 meses para esses animais não deve exceder 5%. A percentagem da matéria seca da ração proveniente de origem agrícola deve ser calculada.

1.9.3.2. Práticas de alojamento e criação de animais

Com relação às práticas de alojamento e criação de animais, aplicam-se as seguintes regras:

(a) as habitações devem ter pisos lisos, mas não escorregadios;

(b) O alojamento deve dispor de uma área de descanso ou repouso confortável, limpa e seca, de tamanho suficiente, constituída por uma estrutura sólida e sem ripas. Deve ser fornecida uma ampla cama seca, coberta com material de cama, na área de descanso. A cama deve ser composta de palha ou outro material natural adequado. A cama pode ser melhorada e enriquecida com qualquer produto mineral autorizado nos termos do artigo 24.º como fertilizante ou condicionador de solo para utilização na produção biológica;

(c) deverá haver sempre uma cama feita de palha ou outro material adequado, suficientemente grande para garantir que todos os porcos num cercado possam deitar-se ao mesmo tempo, da forma que ocupe o espaço mais adequado;

(d) as porcas devem ser mantidas em grupos, exceto nos últimos estágios de gestação e durante o período de amamentação, durante o qual a porca deve poder se movimentar livremente em seu curral e seu movimento só deve ser restringido por curtos períodos;

(e) sem prejuízo de quaisquer requisitos adicionais para palha, alguns dias antes do parto previsto, as porcas devem receber uma quantidade de palha ou outro material natural adequado suficiente para lhes permitir construir ninhos;

(f) As áreas de exercício devem permitir que os suínos façam cocô e fuçam no solo. Para fins de fuçar, diferentes substratos podem ser usados.

1.9.4. Para aves

1.9.4.1. Origem dos animais

Para evitar o uso de métodos de criação intensiva, as aves devem ser criadas até atingirem uma idade mínima ou devem provir de linhagens de crescimento lento adaptadas à criação ao ar livre.

A autoridade competente definirá os critérios das estirpes de crescimento lento ou elaborará uma lista dessas estirpes e fornecerá essa informação aos operadores, a outros Estados-Membros e à Comissão.

Nos casos em que o produtor não utilize linhagens de aves de crescimento lento, a idade mínima para o abate deverá ser a seguinte:

- (a) 81 dias para galinhas;
- (b) 150 dias para capões;
- (c) 49 dias para patos de Pequim;
- (d) 70 dias para patos-mudos fêmeas;
- (e) 84 dias para patos-mudos machos;
- (f) 92 dias para patos Mulard;
- (g) 94 dias para galinhas-d'angola;
- (h) 140 dias para perus machos e gansos para assar; e
- (i) 100 dias para perus fêmeas.

1.9.4.2. Nutrição

Em relação à nutrição, aplicam-se as seguintes regras:

- (a) pelo menos 30% da ração deve vir da própria fazenda ou, se isso não for viável ou tal ração não estiver disponível, ser produzida em cooperação com outras unidades de produção orgânica ou em conversão e operadores de ração usando ração e material de ração da mesma região;
- (b) forragem, feno fresco ou seco, ou silagem devem ser adicionados à ração diária;
- (c) Nos casos em que os agricultores não consigam obter ração proteica exclusivamente de produção biológica para aves, e a autoridade competente tenha confirmado que a ração proteica biológica não está disponível em quantidade suficiente, a ração proteica não biológica pode ser utilizada até 31 de dezembro de 2026, desde que sejam cumpridas as seguintes condições:
 - (i) não está disponível na forma orgânica;
 - (ii) é produzido ou preparado sem solventes químicos;
 - (iii) seu uso se limita à alimentação de aves jovens com compostos proteicos específicos; e
 - (iv) a percentagem máxima autorizada por período de 12 meses para esses animais não deve exceder 5%. A percentagem da matéria seca da alimentação de origem agrícola deve ser calculada.

1.9.4.3. Bem-estar animal

A depenação de aves vivas é proibida.

1.9.4.4. Práticas de alojamento e criação de animais

Com relação às práticas de alojamento e criação de animais, aplicam-se as seguintes regras:

- (a) pelo menos um terço da área do piso deve ser sólida, ou seja, não de construção ripada ou em grade, e deve ser coberta com um material de cama como palha, aparas de madeira, areia ou grama;
- (b) em galpões para galinhas poedeiras, uma parte suficientemente grande da área do piso disponível para as galinhas deve ser destinada à coleta de excrementos de aves;
- (c) Os edifícios devem ser esvaziados de animais entre cada lote de aves criadas. Os edifícios e instalações devem ser limpos e desinfetados durante esse período. Além disso, após a conclusão da criação de cada lote de aves, os recintos devem ser deixados vazios durante um período a ser estabelecido pelos Estados-Membros, a fim de permitir o crescimento da vegetação. O operador deve manter registros ou comprovantes documentais da aplicação desse período. Esses requisitos não se aplicam quando as aves não são criadas em lotes, não são mantidas em recintos fechados e têm liberdade para circular durante todo o dia;
- (d) As aves de criação devem ter acesso a uma área ao ar livre durante pelo menos um terço da sua vida. No entanto, as galinhas poedeiras e as aves em fase de terminação devem ter acesso a uma área ao ar livre durante pelo menos um terço da sua vida, exceto nos casos em que tenham sido impostas restrições temporárias com base na legislação da União;
- (e) o acesso contínuo ao ar livre durante o dia deve ser garantido desde a idade mais precoce possível e sempre que as condições fisiológicas e físicas o permitirem, exceto nos casos em que tenham sido impostas restrições temporárias com base na legislação da União;
- (f) em derrogação ao ponto 1.6.5, no caso de aves reprodutoras e frangas com menos de 18 semanas, quando as condições especificadas no ponto 1.7.3 no que diz respeito às restrições e obrigações relacionadas com a proteção da saúde humana e animal impostas com base na legislação da União forem cumpridas e impedirem o acesso de aves reprodutoras e frangas com menos de 18 semanas a áreas ao ar livre, as varandas serão consideradas áreas ao ar livre e, nesses casos, deverão ter uma barreira de malha de arame para impedir a entrada de outras aves;
- (g) as áreas ao ar livre para aves devem permitir que as aves tenham fácil acesso a um número adequado de bebedouros;
- (h) as áreas ao ar livre para aves devem ser cobertas principalmente com vegetação;
- (i) em condições em que a disponibilidade de alimento da área de pastagem seja limitada, por exemplo, devido à cobertura de neve a longo prazo ou condições climáticas áridas, a alimentação suplementar de forragem deve ser incluída como parte das dietas das aves;
- (j) sempre que as aves forem mantidas em recintos fechados devido a restrições ou obrigações impostas com base na legislação da União, elas terão acesso permanente a quantidades suficientes de forragem e material adequado para satisfazer as suas necessidades etológicas;
- (k) as aves aquáticas devem ter acesso a um riacho, lagoa, lago ou poça sempre que as condições meteorológicas e higiênicas o permitam, a fim de respeitar as suas necessidades específicas da espécie e os requisitos de bem-estar animal; quando as condições meteorológicas não permitirem esse acesso, devem ter acesso a água que lhes permita mergulhar a cabeça para limpar a plumagem;
- (l) a luz natural pode ser complementada por meios artificiais para fornecer um máximo de 16 horas de luz por dia, com um período contínuo de repouso noturno sem luz artificial de pelo menos oito horas;
- (m) a área total utilizável para engorda de aves em instalações avícolas de qualquer unidade de produção não deve exceder 1 600 m² ;
- (n) não serão permitidas mais de 3 000 galinhas poedeiras em um único compartimento de um aviário.

1.9.5. Para coelhos

1.9.5.1. Nutrição

Em relação à nutrição, aplicam-se as seguintes regras:

- (a) pelo menos 70% da ração deve vir da própria fazenda ou, se isso não for viável ou tal ração não estiver disponível, deve ser produzida em cooperação com outras unidades de produção orgânica ou em conversão e operadores de ração usando ração e material de ração da mesma região;
- (b) os coelhos terão acesso a pastagens para pastoreio sempre que as condições o permitirem;
- (c) os sistemas de criação devem ser baseados na utilização máxima das pastagens, tendo em conta a disponibilidade de pastagens nos diferentes períodos do ano;

<p>(d) Alimentos fibrosos, como palha ou feno, devem ser fornecidos quando a pastagem não for suficiente. A forragem deve constituir pelo menos 60% da dieta.</p>
<p>1.9.5.2. Práticas de alojamento e criação de animais</p> <p>Com relação às práticas de alojamento e criação de animais, aplicam-se as seguintes regras:</p> <p>(a) As instalações devem dispor de uma área de descanso ou repouso confortável, limpa e seca, de tamanho suficiente, constituída por uma estrutura sólida e sem ripas. Deve ser fornecida uma cama seca e abundante, misturada com material de cama, na área de descanso. A cama deve ser composta por palha ou outro material natural adequado. A cama pode ser melhorada e enriquecida com qualquer produto mineral autorizado nos termos do artigo 24.º como fertilizante ou condicionador de solo para utilização na produção biológica;</p> <p>(b) os coelhos devem ser mantidos em grupos.</p> <p>(c) as explorações de coelhos devem utilizar raças robustas adaptadas às condições externas;</p> <p>(d) os coelhos terão acesso a:</p> <p>(i) abrigo coberto, incluindo esconderijos escuros;</p> <p>(ii) um espaço ao ar livre com vegetação, de preferência pasto;</p> <p>(iii) uma plataforma elevada onde eles podem sentar-se, dentro ou fora;</p> <p>(iv) material para ninho para todas as fêmeas lactantes.</p>
<p>1.9.6. Para abelhas</p>
<p>1.9.6.1. Origem dos animais</p> <p>Para a apicultura, deve-se dar preferência ao uso da espécie <i>Apis mellifera</i> e seus ecótipos locais.</p>
<p>1.9.6.2. Nutrição</p> <p>Em relação à nutrição, aplicam-se as seguintes regras:</p> <p>(a) no final da época de produção, as colmeias devem ser deixadas com reservas suficientes de mel e pólen para que as abelhas sobrevivam ao inverno;</p> <p>(b) As colmeias só podem ser alimentadas quando a sobrevivência da colmeia estiver em perigo devido às condições climáticas. Nesse caso, as colmeias devem ser alimentadas com mel orgânico, pólen orgânico, xaropes de açúcar orgânicos ou açúcar orgânico.</p>
<p>1.9.6.3. Assistência médica</p> <p>Em relação aos cuidados de saúde, aplicam-se as seguintes regras:</p> <p>(a) para efeitos de proteção de quadros, colmeias e favos, em particular contra pragas, apenas serão permitidos rodenticidas utilizados em armadilhas e produtos e substâncias adequados autorizados nos termos dos artigos 9.º e 24.º para utilização na produção biológica;</p> <p>(b) serão permitidos tratamentos físicos para desinfecção de apiários, como vapor ou chama direta;</p> <p>(c) a prática de destruir a ninhada masculina só será permitida com o objetivo de isolar a infestação de <i>Varroa destructor</i>;</p> <p>(d) se, apesar de todas as medidas preventivas, as colónias ficarem doentes ou infestadas, devem ser tratadas imediatamente e, se necessário, podem ser colocadas em apiários de isolamento;</p> <p>(e) ácido fórmico, ácido láctico, ácido acético e ácido oxálico, bem como mentol, timol, eucaliptol ou cânfora, podem ser usados em casos de infestação por <i>Varroa destructor</i>;</p> <p>(f) Se for aplicado um tratamento com produtos alopáticos sintetizados quimicamente, incluindo antibióticos, que não sejam produtos e substâncias autorizados nos termos dos artigos 9.º e 24.º para utilização na produção biológica, durante o período desse tratamento, as colónias tratadas devem ser colocadas em apiários de isolamento e toda a cera deve ser substituída por cera proveniente de produção biológica.</p>

apicultura. Posteriormente, o período de conversão de 12 meses estabelecido no ponto 1.2.2 será aplicado a essas colônias.

1.9.6.4. Bem-estar animal

No que diz respeito à apicultura, aplicam-se as seguintes regras gerais adicionais:

- (a) a destruição de abelhas nos favos como método associado à colheita de produtos apícolas será proibida;
- (b) mutilações como o corte das asas das abelhas rainhas serão proibidas.

1.9.6.5. Práticas de alojamento e criação de animais

Com relação às práticas de alojamento e criação de animais, aplicam-se as seguintes regras:

- (a) os apiários devem ser colocados em áreas que garantam a disponibilidade de fontes de néctar e pólen constituídas essencialmente por culturas produzidas organicamente ou, quando apropriado, por vegetação espontânea ou florestas ou culturas geridas de forma não orgânica que sejam tratadas apenas com métodos de baixo impacto ambiental;
- (b) os apiários devem ser mantidos a uma distância suficiente de fontes que possam levar à contaminação dos produtos da apicultura ou à má saúde das abelhas;
- (c) a localização dos apiários deve ser tal que, num raio de 3 km do local do apiário, as fontes de néctar e pólen consistam essencialmente em culturas produzidas organicamente ou vegetação espontânea ou culturas tratadas com métodos de baixo impacto ambiental equivalentes aos previstos nos artigos 28.º e 30.º do Regulamento (UE) n.º 1305/2013, que não podem afetar a qualificação da produção apícola como sendo biológica. Este requisito não se aplica quando não há floração ou quando as colônias de abelhas estão dormentes;
- (d) as colmeias e os materiais utilizados na apicultura devem ser feitos basicamente de materiais naturais que não apresentem risco de contaminação para o ambiente ou para os produtos da apicultura;
- (e) a cera de abelha para novas fundações deverá provir de unidades de produção orgânica;
- (f) somente produtos naturais como própolis, cera e óleos vegetais podem ser usados nas colmeias;
- (g) repelentes químicos sintéticos não devem ser usados durante as operações de extração de mel;
- (h) os favos de cria não devem ser usados para extração de mel;
- (i) A apicultura não será considerada orgânica quando praticada em regiões ou áreas designadas pelos Estados-Membros como regiões ou áreas onde a apicultura orgânica não é viável.

1.9.6.6. Obrigações de manutenção de registos

Os operadores devem manter um mapa em escala apropriada ou coordenadas geográficas da localização das colmeias para fornecer à autoridade ou órgão de controle, demonstrando que as áreas acessíveis às colônias atendem aos requisitos deste Regulamento.

As seguintes informações devem ser registradas no apiário em relação à alimentação das abelhas: nome do produto utilizado, datas, quantidades e colmeias onde o produto é utilizado.

A zona onde o apiário está situado deve ser registada, juntamente com a identificação das colmeias e o período de deslocação.

Todas as medidas aplicadas devem ser registradas no livro de registro do apiário, incluindo a remoção das melgueiras e as operações de extração de mel. A quantidade e as datas da coleta de mel também devem ser registradas.

ANEXO III

COLETA, EMBALAGEM, TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO DE PRODUTOS

1. Recolha dos produtos e transporte para as unidades de preparação.

Os operadores podem realizar a coleta simultânea de produtos orgânicos, em processo de conversão e não orgânicos somente quando forem tomadas as medidas apropriadas para evitar qualquer possível mistura ou troca entre esses produtos e para garantir a identificação dos mesmos. O operador deverá manter As informações relativas aos dias e horários de coleta, ao circuito e à data e hora de recebimento dos produtos estão disponíveis para a autoridade ou órgão de controle.

2. Embalagem e transporte de produtos para outros operadores ou unidades.

2.1. Informações a serem fornecidas

2.1.1. Os operadores devem assegurar que os produtos biológicos e os produtos em processo de conversão sejam transportados para outros operadores ou unidades, incluindo grossistas e retalhistas, apenas em embalagens, contentores ou veículos adequados, fechados de forma a que a alteração, incluindo a substituição, do conteúdo não possa ser efetuada sem manipulação ou danificação do selo, e dotados de um rótulo que indique, sem prejuízo de quaisquer outras indicações exigidas pela legislação da União:

- (a) o nome e endereço do operador e, se diferente, do proprietário ou vendedor do produto;
- (b) o nome do produto;
- (c) o nome ou o código da autoridade ou organismo de controlo a que o operador está sujeito; e
- (d) quando aplicável, a marca de identificação do lote de acordo com um sistema de marcação aprovado a nível nacional ou acordado com a autoridade ou organismo de controlo e que permita a ligação do lote aos registos referidos no artigo 34.º (5).

2.1.2. Os operadores devem assegurar que os alimentos compostos autorizados na produção biológica, transportados para outros operadores ou explorações, incluindo grossistas e retalhistas, sejam dotados de um rótulo que indique, para além de quaisquer outras indicações exigidas pela legislação da União:

- (a) as informações fornecidas no ponto 2.1.1;
- (b) quando relevante, em peso de matéria seca:
 - (i) a percentagem total de materiais orgânicos para alimentação animal;
 - (ii) a percentagem total de materiais de alimentação em conversão;
 - (iii) a percentagem total de materiais de alimentação não abrangidos pelos pontos (i) e (ii);
 - (iv) a percentagem total de alimentos de origem agrícola;
- (c) quando relevante, os nomes dos materiais orgânicos para alimentação animal;
- (d) quando relevante, os nomes dos materiais de alimentação em conversão; e
- (e) para rações compostas que não podem ser rotuladas de acordo com o Artigo 30(6), a indicação de que tais rações podem ser utilizadas na produção biológica de acordo com o presente Regulamento.

2.1.3. Sem prejuízo da Diretiva 66/401/CEE, os operadores devem assegurar que no rótulo da embalagem de uma mistura de sementes de plantas forrageiras contendo sementes orgânicas e em conversão ou não orgânicas de determinadas espécies vegetais diferentes, para as quais tenha sido emitida uma autorização nas condições relevantes estabelecidas no ponto 1.8.5 da Parte I do Anexo II do presente documento, conste a indicação de que a embalagem contém as seguintes informações:

Na regulamentação, são fornecidas informações sobre os componentes exatos da mistura, indicados pela porcentagem em peso de cada espécie componente e, quando aplicável, pelas variedades.

Além dos requisitos pertinentes do Anexo IV da Diretiva 66/401/CEE, essa informação deve incluir, além das indicações exigidas no primeiro parágrafo deste ponto, a lista das espécies componentes da mistura que são rotuladas como orgânicas ou em conversão. A percentagem mínima total em peso de sementes orgânicas e em conversão na mistura deve ser de, pelo menos, 70%.

Caso a mistura contenha sementes não orgânicas, o rótulo deverá também incluir a seguinte declaração: «A utilização da mistura só é permitida no âmbito da autorização e no território do Estado-Membro da autoridade competente que autorizou a utilização desta mistura, em conformidade com o ponto 1.8.5 do Anexo II do Regulamento (UE) 2018/848 relativo à produção biológica e à rotulagem dos produtos biológicos.»

As informações referidas nos pontos 2.1.1 e 2.1.2 podem ser apresentadas exclusivamente em um documento complementar, desde que tal documento possa ser inequivocamente vinculado à embalagem, ao recipiente ou ao transporte veicular do produto. Este documento complementar deve incluir informações sobre o fornecedor ou o transportador.

2.2. O fechamento de embalagens, recipientes ou veículos não será exigido nos seguintes casos:

- (a) o transporte ocorre diretamente entre dois operadores, ambos sujeitos ao sistema de controle orgânico;
- (b) o transporte inclui apenas produtos orgânicos ou apenas produtos em conversão;
- (c) os produtos são acompanhados de um documento que fornece as informações exigidas no ponto 2.1; e
- (d) tanto os operadores expedidores como os destinatários mantêm registos documentais dessas operações de transporte disponíveis para a autoridade ou organismo de controlo.

3. Regras especiais para o transporte de ração para outras unidades de produção ou preparação ou instalações de armazenamento.

Ao transportar ração para outras unidades de produção ou preparação, ou para instalações de armazenamento, os operadores devem garantir que as seguintes condições sejam atendidas:

- (a) durante o transporte, a ração produzida organicamente, a ração em conversão e a ração não orgânica são efetivamente separadas fisicamente;
- (b) veículos ou contentores que tenham transportado produtos não orgânicos só são utilizados para transportar produtos orgânicos ou em processo de conversão se:
 - (i) medidas de limpeza adequadas, cuja eficácia foi verificada, foram realizadas antes de iniciar o transporte de produtos orgânicos ou em conversão e os operadores mantêm registos dessas operações;
 - (ii) todas as medidas apropriadas são implementadas, dependendo dos riscos avaliados de acordo com os mecanismos de controle e, quando necessário, os operadores garantem que os produtos não orgânicos não possam ser colocados no mercado com uma indicação referente à produção orgânica;
 - (iii) o operador mantém registos documentais de tais operações de transporte disponíveis para a autoridade de controlo ou organismo de controlo;
- (c) o transporte de ração orgânica acabada ou em conversão é separado fisicamente ou no tempo do transporte de outros produtos acabados;
- (d) durante o transporte, a quantidade de produtos no início e cada quantidade individual entregue durante uma rota de entrega são registradas.

4. Transporte de peixes vivos

4.1. Os peixes vivos devem ser transportados em tanques adequados com água limpa que atenda às suas necessidades fisiológicas em termos de temperatura e oxigênio dissolvido.

4.2. Antes do transporte de peixes e produtos de peixe orgânicos, os tanques devem ser completamente limpos, desinfetados e enxaguados.

4.3. Devem ser tomadas precauções para reduzir o estresse. Durante o transporte, a densidade não deve atingir um nível prejudicial à espécie.

4.4. Devem ser mantidos registos das operações referidas nos pontos 4.1, 4.2 e 4.3.

5. Recebimento de produtos de outros operadores ou unidades

Ao receber um produto orgânico ou em conversão, o operador deve verificar o fechamento da embalagem, do recipiente ou do veículo, quando exigido, e a presença das indicações previstas na Seção 2.

O operador deve comparar as informações do rótulo referidas na Secção 2 com as informações dos documentos que o acompanham. O resultado dessas verificações deve ser explicitamente mencionado nos registos referidos no artigo 34.º, n.º 5.

6. Regras especiais para a recepção de produtos provenientes de um país terceiro

Quando produtos orgânicos ou em processo de conversão forem importados de um terceiro país, deverão ser transportados em embalagens ou recipientes adequados, fechados de forma a impedir a substituição do conteúdo e contendo a identificação do exportador, bem como quaisquer outras marcas e números que sirvam para identificar o lote, e deverão ser acompanhados do certificado de controle de importação de terceiros, quando aplicável.

Ao receber um produto orgânico ou em processo de conversão importado de um país terceiro, a pessoa singular ou coletiva a quem a remessa importada for entregue e que a receber para posterior preparação ou comercialização deverá verificar o fecho da embalagem ou do recipiente e, no caso de produtos importados nos termos do ponto (b)(iii) do n.º 1 do artigo 45.º, deverá verificar se o certificado de inspeção referido nesse artigo abrange o tipo de produto contido na remessa. O resultado desta verificação deverá ser explicitamente mencionado nos registos referidos no n.º 5 do artigo 34.º.

7. Armazenamento de produtos

7.1. As áreas de armazenamento dos produtos devem ser geridas de forma a garantir a identificação dos lotes e evitar qualquer mistura ou contaminação com produtos ou substâncias que não estejam em conformidade com as normas de produção biológica. Os produtos biológicos e em processo de conversão devem ser claramente identificáveis em todos os momentos.

7.2. Nenhum produto ou substância, além daqueles autorizados nos termos dos artigos 9.º e 24.º para utilização na produção biológica, poderá ser armazenado em instalações de produção biológica ou em fase de conversão para produção biológica.

7.3. Os medicamentos veterinários alopatícos, incluindo os antibióticos, podem ser armazenados em explorações agrícolas e de aquicultura, desde que tenham sido prescritos por um médico veterinário no âmbito do tratamento referido nos pontos 1.5.2.2 da Parte II e 3.1.4.2(a) da Parte III do Anexo II, que sejam armazenados num local supervisionado e que sejam registados nos registos referidos no artigo 34.º (5).

7.4. Quando os operadores manuseiam produtos orgânicos, em processo de conversão ou não orgânicos em qualquer combinação e os produtos orgânicos ou em processo de conversão são armazenados em instalações de armazenamento onde também são armazenados outros produtos agrícolas ou alimentos:

- (a) os produtos orgânicos ou em conversão devem ser mantidos separados dos demais produtos agrícolas ou alimentos;
- (b) todas as medidas devem ser tomadas para garantir a identificação das remessas e evitar misturas ou trocas entre produtos orgânicos, em conversão e não orgânicos;
- (c) medidas de limpeza adequadas, cuja eficácia tenha sido verificada, devem ter sido realizadas antes do armazenamento de produtos orgânicos ou em conversão e os operadores devem manter registos dessas operações.

7.5. Somente os produtos de limpeza e desinfecção autorizados nos termos do Artigo 24 para uso na produção orgânica devem ser usados em instalações de armazenamento para esse fim.

Este texto tem caráter meramente documental e não possui qualquer efeito jurídico. As instituições da União não assumem qualquer responsabilidade pelo seu conteúdo. As versões autênticas dos atos relevantes, incluindo os seus preâmbulos, são as publicadas no Jornal Oficial da União Europeia e disponíveis no EUR-Lex. Esses textos oficiais podem ser acessados diretamente através dos links presentes neste documento.

REGULAMENTO DE EXECUÇÃO (UE) 2021/1165 DA COMISSÃO

de 15 de julho de 2021

Autorizar determinados produtos e substâncias para uso na produção orgânica e estabelecer suas listas.

(RESUMO da versão consolidada de 07/02/2023)

ANEXO III

Produtos e substâncias autorizados para uso como alimento para animais ou na produção de alimentos para animais.

PARTE A

Matérias alimentícias não orgânicas autorizadas de origem vegetal, algal, animal ou levedura, ou matérias alimentícias de origem microbiana ou mineral referidas na alínea c) do n.º 1 do artigo 24.º, Regulamento (UE) 2018/848

1. MATERIAIS PARA ALIMENTAÇÃO DE ORIGEM MINERAL

Número no catálogo de rações (1)	Nome	Condições e limites específicos
11.1.1	Carbonato de cálcio	
11.1.2	Conchas marinhas calcárias	
11.1.4	Maerl	
11.1.5	Lithothamn	
11.1.13	Gluconato de cálcio	
11.2.1	Óxido de magnésio	
11.2.4	Sulfato de magnésio anidro	
11.2.6	Cloreto de magnésio	
11.2.7	Carbonato de magnésio	
11.3.1	Fosfato dicálcico	
11.3.2	Fosfato monocalcico	
11.3.3	Fosfato monocalcico	
11.3.5	Fosfato de cálcio-magnésio	

11.3.8	Fosfato de magnésio	
11.3.10	Fosfato monossódico	
11.3.16	Fosfato de cálcio e sódio	
11.3.17	Fosfato monoamônico (di-hidrogeno-ortofosfato de amônio)	apenas para aquicultura
11.3.19	Trifosfato pentassódico (STPP)	Apenas para ração animal.
11.3.27	Difosfato dissódico de di-hidrogênio (SAPP)	Apenas para ração animal.
11.4.1	Cloreto de sódio	
11.4.2	Bicarbonato de sódio	
11.4.4	Carbonato de sódio	
11.4.6	Sulfato de sódio	
11.5.1	Cloreto de potássio	

(1) Em conformidade com o Regulamento (UE) n.º 68/2013 da Comissão, de 16 de janeiro de 2013, relativo ao Catálogo de matérias-primas para alimentação animal (JO L 29, 30.1.2013, p. 1).

1. OUTROS MATERIAIS PARA ALIMENTAÇÃO

Número no catálogo de rações (1)	Nome	Condições e limites específicos
10	Farinha, óleo e outros ingredientes para alimentação animal provenientes de peixes ou outros animais aquáticos.	desde que sejam obtidos de pescarias que tenham sido certificadas como sustentáveis ao abrigo de um regime reconhecido pela autoridade competente, em conformidade com os princípios estabelecidos no Regulamento (UE) n.º 1380/2013. Desde que sejam produzidos ou preparados sem solventes sintetizados quimicamente, seu uso é autorizado apenas para animais não herbívoros. O uso de hidrolisado de proteína de peixe é autorizado apenas para animais jovens não herbívoros.
10	Farinha, óleo e outros ingredientes para alimentação animal de origem de peixes, moluscos ou crustáceos.	para animais carnívoros de aquicultura provenientes de pescarias que tenham sido certificadas como sustentáveis ao abrigo de um regime reconhecido pela autoridade competente, em conformidade com os princípios estabelecidos no Regulamento (UE) n.º 1380/2013, de acordo com o ponto 3.1.3.1(c) da Parte III do Anexo II do Regulamento (UE) 2018/848. derivados de aparas de peixes, crustáceos ou moluscos já capturados para consumo humano, de acordo com o ponto 3.1.3.3(c) da Parte III do Anexo II do Regulamento (UE) 2018/848, ou derivados de peixes, crustáceos ou moluscos inteiros capturados e não utilizados para consumo humano, de acordo com o ponto 3.1.3.3(d) da Parte III do Anexo II do Regulamento (UE) 2018/848
10	Farinha de peixe e óleo de peixe	na fase de crescimento, para peixes de águas interiores, camarões peneídeos e camarões de água doce e peixes tropicais de água doce provenientes de pescarias que tenham sido certificadas como sustentáveis ao abrigo de um regime reconhecido pela autoridade competente, em conformidade com os princípios estabelecidos no Regulamento (UE) n.º 1380/2013, de acordo com o ponto 3.1.3.1(c) da Parte III do Anexo II do Regulamento (UE) 2018/848. Somente onde o alimento natural em viveiros e lagos não estiver disponível em quantidades suficientes, no máximo 25% de farinha de peixe e 10% de óleo de peixe na ração de camarões peneídeos e camarões de água doce (<i>Macrobrachium</i> spp.) e no máximo 10% de farinha de peixe ou óleo de peixe na ração alimentar do bagre siamês (<i>Pangasius</i> spp.), de acordo com o ponto 3.1.3.4(c)(i) e (ii) da Parte III do Anexo II do Regulamento (UE) 2018/848
12.1.5	Leveduras	quando não disponível na produção orgânica
12.1.12	Produtos de levedura	quando não disponível na produção orgânica
	Colesterol	Produto obtido da lanolina (gordura da lã) por saponificação, separação e cristalização, proveniente de crustáceos ou outras fontes. Garantir as necessidades dietéticas quantitativas de camarões peneídeos e camarões de água doce (<i>Macrobrachium</i> spp.) na fase de crescimento e em estágios iniciais de vida em viveiros e incubatórios. quando não disponível na produção orgânica

	Ervas	Em conformidade com o ponto (e)(iv) do n.º 3 do artigo 24.º do Regulamento (UE) 2018/848, nomeadamente: — quando não disponível na forma orgânica — produzido/preparado sem solventes químicos — máximo 1% na ração
	Melaço	Em conformidade com o ponto (e)(iv) do n.º 3 do artigo 24.º do Regulamento (UE) 2018/848, nomeadamente: — quando não disponível na forma orgânica — produzido/preparado sem solventes químicos — máximo 1% na ração
	Compostos proteicos específicos do fitoplâncton e do zooplâncton	apenas na criação de larvas de juvenis orgânicos Em conformidade com os pontos 1.9.3.1(c) e 1.9.4.2(c) do Regulamento (UE) 2018/848, em particular: — até 31 de dezembro de 2026, — quando não disponível na forma orgânica, — produzido/preparado sem solventes químicos, — para alimentar leitões de até 35 kg ou aves jovens, — máximo de 5% da matéria seca da ração proveniente de origem agrícola por período de 12 meses
	Especiarias	Em conformidade com o ponto (e)(iv) do n.º 3 do artigo 24.º do Regulamento (UE) 2018/848, nomeadamente: — quando não disponível na forma orgânica — produzido/preparado sem solventes químicos — máximo 1% na ração

(1) Em conformidade com o Regulamento (UE) n.º 68/2013.

PARTE B

Aditivos para alimentação animal e auxiliares de processamento autorizados utilizados na nutrição animal referidos na alínea d) do n.º 1 do artigo 24.º do Regulamento (UE) 2018/848

Os aditivos para ração listados nesta Parte devem ser autorizados de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1831/2003.

As condições específicas aqui estabelecidas devem ser aplicadas em adição às condições das autorizações ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1831/2003.

1. ADITIVOS TECNOLÓGICOS

a) Conservantes

Número de identificação ou grupo funcional	Nome	Condições e limites específicos
E 200	Ácido sórbico	
E 236	Ácido fórmico	
E 237	Formiato de sódio	
E 260	Ácido acético	
E 270	Ácido láctico	
E 280	Ácido propiônico	
E 330	Ácido cítrico	

b) Antioxidantes

Número de identificação ou grupo funcional	Nome	Condições e limites específicos
1b306(i)	Extratos de tocoferol de óleos vegetais	
1b306(ii)	Extratos ricos em tocoferol de óleos vegetais (ricos em delta)	

c) Emulsificantes, estabilizantes, espessantes e agentes gelificantes

Número de identificação ou grupo funcional	Nome	Condições e limites específicos
1c 322	Lecitinas	somente quando derivado de matéria-prima orgânica
1c 322i		Uso restrito à alimentação animal na aquicultura.
E 407	Carragenina	Apenas para ração animal.
E 410	Goma de alfarroba (goma de alfarroba)	Somente para alimentos para animais de estimação obtidos exclusivamente por processo de torrefação e de produção orgânica, se disponível.
E 412	Goma guar	
E 414	Acácia (Goma arábica)	Apenas para ração animal. proveniente da produção orgânica, se disponível.
E 415	goma xantana	

d) Ligantes e agentes antiaglomerantes

Número de identificação ou grupo funcional	Nome	Condições e limites específicos
E 412	Goma guar	
E 535	Ferrocianeto de sódio	Teor máximo: 20 mg/kg de NaCl, calculado como ânion ferrocianeto.
E 551b	Sílica coloidal	
E 551c	Kieselgur (terra diatomácea purificada)	
1m558i	Bentonita	
E 559	Argilas cauliniticas, isentas de amianto.	

E 560	Misturas naturais de esteatitas e clorita	
E 561	Vermiculita	
E 562	Sepiolita	
E 563	Argila sepiolítica	
E 566	Natrolite-Fonolite	
1g568	Clinoptilolita de origem sedimentar	
1g599	ilita-montmorilonita-caulinita	
E 599	Perlita	
e) Aditivos para silagem		
Número de identificação ou funcional grupo	Nome	Condições e limites específicos
1 mil	Enzimas, microrganismos	autorizado apenas para garantir a fermentação adequada
1k236	Ácido fórmico	
1k237	Formiato de sódio	
1k280	Ácido propiônico	
1k281	Propionato de sódio	
f) substâncias para redução da contaminação da ração por micotoxinas		
Número de identificação ou funcional grupo	Nome	Condições e limites específicos
1m588	Bentonita	
2. ADITIVOS SENSORIAIS		
Número de identificação ou grupo funcional	Nome	Condições e limites específicos

ex2a	Astaxantina	somente quando derivados de fontes orgânicas, como cascas orgânicas de crustáceos apenas na ração para salmão e truta, dentro do limite de suas necessidades fisiológicas. Caso não haja astaxantina derivada de fontes orgânicas disponível, pode-se utilizar astaxantina de fontes naturais, como a <i>Phaffia rhodozyma</i> , rica em astaxantina.
ex2b	Compostos aromatizantes	Apenas extratos de produtos agrícolas, incluindo extrato de castanha (<i>Castanea sativa</i> Mill.).
3. ADITIVOS NUTRICIONAIS		
<i>a) Vitaminas, pró-vitaminas e substâncias quimicamente bem definidas com efeito semelhante</i>		
Número de identificação ou funcional grupo	Nome	Condições e limites específicos
ex3a	Vitaminas e Provitaminas	derivados de produtos agrícolas se não estiverem disponíveis em produtos agrícolas: — derivadas sinteticamente, apenas aquelas idênticas às vitaminas derivadas de produtos agrícolas podem ser usadas para animais monogástricos e animais de aquicultura. — De origem sintética, apenas as vitaminas A, D e E idênticas às vitaminas derivadas de produtos agrícolas podem ser utilizadas para ruminantes; o uso está sujeito à autorização prévia dos Estados-Membros, com base na avaliação da possibilidade de os ruminantes orgânicos obterem as quantidades necessárias das referidas vitaminas através de suas rações.
3a370	Taurina	Somente para gatos e cachorros. não de origem sintética, se disponível.
3a920	Betaína anidra	Apenas para animais monogástricos e peixes de produção orgânica; caso contrário, de origem natural.
<i>b) Compostos de oligoelementos</i>		
Número de identificação ou grupo funcional	Nome	Condições e limites específicos
3b101	Carbonato de ferro(II) (siderita)	
3b103	Sulfato de ferro(II) monohidratado	
3b104	Sulfato de ferro(II) heptahidratado	
3b201	Iodeto de potássio	
3b202	Iodato de cálcio anidro	
3b203	Iodato de cálcio anidro granulado revestido	
3b301	Acetato de cobalto (II) tetra hidratado	
3b302	Carbonato de cobalto(II)	

3b303	Hidróxido de carbonato de cobalto(II) (2:3) monohidratado	
3b304	Carbonato de cobalto(II) granulado revestido	
3b305	Sulfato de cobalto(II) heptahidratado	
3b402	Carbonato de cobre(II) di-hidroxi monohidratado	
3b404	Óxido de cobre (II)	
3b405	Sulfato de cobre(II) penta-hidratado	
3b409	Tri-hidróxido de cloreto de dicobre	
3b502	Óxido de manganês (II)	
3b503	Sulfato de manganês, monohidratado	
3b603	Óxido de zinco	
3b604	Sulfato de zinco heptahidratado	
3b605	Sulfato de zinco monohidratado	
3b609	Cloreto de zinco hidróxido monohidratado	
3b701	Molibdato de sódio di-hidratado	
3b801	Selenito de sódio	
3b802	Selenito de sódio granulado revestido	
3b803	Selenato de sódio	
3b810	Levedura selenizada, <i>Saccharomyces cerevisiae</i> CNCM I-3060, inativada	
3b811	Levedura selenizada, <i>Saccharomyces cerevisiae</i> NCYC R397, inativada	
3b812	Levedura selenizada, <i>Saccharomyces cerevisiae</i> CNCM I-3399, inativada	
3b813	Levedura selenizada, <i>Saccharomyces cerevisiae</i> NCYC R646, inativada	
3b817	Levedura selenizada, <i>Saccharomyces cerevisiae</i> NCYC R645 inativada	
<i>c) Aminoácidos, seus sais e análogos</i>		
Número de identificação ou funcional grupo	Nome	Condições e limites específicos
3c3.5.1 e 3c352	Cloridrato de L-histidina monohidratado	produzido por fermentação Pode ser utilizado na ração para salmonídeos quando as fontes de alimento listadas no ponto 3.1.3.3 da Parte II do Anexo II do Regulamento (UE) 2018/848 não fornecerem uma quantidade suficiente de histidina para atender às necessidades dietéticas dos peixes.

4. ADITIVOS ZOOTECNÉTICOS

Número de identificação ou funcional grupo	Nome	Condições e limites específicos
4a, 4b, 4c e 4d	Enzimas e microrganismos	
4d7 e 4d8	Cloreto de amônio	apenas para gatos

ANEXO IV

Produtos autorizados para limpeza e desinfecção referidos nas alíneas e), f) e g) do n.º 1 do artigo 24.º do Regulamento (UE) 2018/848

PARTE A

Produtos para a limpeza e desinfecção de tanques, gaiolas, viveiros, canais de criação, edifícios ou instalações utilizadas na produção animal.

PARTE B

Produtos para a limpeza e desinfecção de edifícios e instalações utilizadas na produção vegetal, incluindo para armazenamento em explorações agrícolas.

PARTE C

Produtos para limpeza e desinfecção em instalações de processamento e armazenamento.

PARTE D

Produtos a que se refere o n.º 1 do artigo 12.º do presente regulamento.

Os seguintes produtos, ou produtos que contenham as seguintes substâncias ativas listadas no Anexo VII do Regulamento (CE) n.º 889/2008, não podem ser utilizados como produtos biocidas:

— soda cáustica;
— potassa cáustica;
— ácido oxálico;
— essências naturais de plantas, com exceção de óleo de linhaça, óleo de lavanda e óleo de hortelã-pimenta; —
ácido nítrico; —
ácido fosfórico; —
carbonato de sódio; —
sulfato de cobre; —
permanganato de potássio; — torta
de semente de chá feita de semente de camélia natural; —
ácido húmico; —
ácidos peracéticos, com exceção do ácido peracético.

REGULAMENTO DE EXECUÇÃO (UE) 2020/464 DA COMISSÃO

de 26 de março de 2020

ANEXO I

REGRAS SOBRE A DENSIDADE DE ALOJAMENTO E A SUPERFÍCIE MÍNIMA PARA ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS PARA ANIMAIS, CONFORME MENCIONADO NO CAPÍTULO II

Parte I: Densidade de lotação e superfície mínima para áreas internas e externas para bovinos, ovinos, caprinos e equinos, conforme mencionado em Artigo 3

1. Animais bovinos

	Área interna (área líquida disponível para os animais)		Área externa (área de exercício, excluindo pasto)
	Peso vivo mínimo (kg)	m² /cabeça	m² /cabeça
	Até 100	1,5	1,1
	Até 200	2,5	1,9
	Até 350	4,0	3
	Mais de 350	5 com um mínimo de 1 m² /100 kg	3,7 com um mínimo de 0,75 m² /100 kg
Vacas leiteiras		6	4,5
Touros para reprodução		10	30

1. Animais ovinos e caprinos

	Área interna (área líquida disponível para os animais)		Área externa (área de exercício, excluindo pasto)
	m² /cabeça		m² /cabeça
Ovelha	1,5		2,5
Cordeiro	0,35		0,5
Cabra	1,5		2,5
Criança	0,35		0,5

2. Animais equinos			
	Área interna (área líquida disponível para os animais)		Área externa (área de exercício, excluindo pasto)
	Peso vivo mínimo (kg)	m² /cabeça	m² /cabeça
Criação e engorda de animais equinos	Até 100	1,5	1,1
	Até 200	2,5	1,9
	Até 350	4,0	3
	Mais de 350	5 com um mínimo de 1 m² /100 kg	3,7 com um mínimo de 0,75 m² /100 kg
Parte II: Densidade de lotação e superfície mínima para áreas externas destinadas a cervídeos, conforme mencionado no Artigo 6.			
espécies de animais cervídeos	Área mínima externa por recinto ou por cercado	Densidade de lotação: número máximo de animais adultos (*) por hectare	
cervo-sika <i>Cervus nippon</i>	1 ha	15	
gamo <i>Dama dama</i>	1 ha	15	
veado vermelho <i>Cervus elaphus</i>	2 ha	7	
cervo de Père David <i>Elaphurus davidianus</i>	2 ha	7	
Mais de uma espécie de cervídeo	3 ha	7. Caso haja cervos vermelhos ou cervos-de-Père-David no rebanho; 15, caso nem o veado-vermelho nem o veado-de-Père-David façam parte do rebanho.	
(*) Dois cervídeos com até 18 meses de idade contam como um único cervídeo.			
Parte III: Densidade de lotação e superfície mínima para áreas internas e externas para animais suínos, conforme mencionado no Artigo 10			
		Área interna (área líquida disponível para animais suínos, ou seja, dimensões internas, incluindo	Área externa

		cochos, mas excluindo comedouros nos quais os suínos não podem se deitar)	
	Peso vivo mínimo (kg)	m² /cabeça	m² /cabeça
Porcas em trabalho de parto com leitões até o desmame.		7,5 por porca	2,5
Engorda de animais suínos <small>Leitões desmamados, leitões em fase de criação, porcas, varrões reprodutores</small>	Não mais que 35 kg	0,6	0,4
	Mais de 35 kg, mas não mais de 50 kg	0,8	0,6
	Mais de 50 kg, mas não mais de 85 kg	1,1	0,8
	Mais de 85 kg, mas não mais de 110 kg	1,3	1
	Mais de 110 kg	1,5	1,2
fêmea reprodutora suína porcas prenhes secas		2,5	1,9
reprodutor suíno macho Javali		6 <small>10 se as canetas forem usadas para serviços naturais</small>	8

Parte IV: Densidade de alojamento e superfície mínima para áreas interiores e exteriores para aves referidas no artigo 14.º e no artigo 15.º (2)(c) e (6) e poleiros ou níveis de assento elevados referidos no artigo 15.º (5)

1. Galinhas reprodutoras (*Gallus gallus*) destinadas à produção de ovos férteis para futuras poedeiras e galinhas reprodutoras (*Gallus gallus*) destinadas à produção de ovos férteis para futura engorda : Idade, densidade de aves e área

	ÿ 18 semanas
mínima para criação em ambiente fechado. Número máximo de aves reprodutoras por m² de área útil interna do aviário.	6
Poleiros para aves reprodutoras que servirão de alimento para futuras galinhas poedeiras. Poleiro mínimo em cm por pássaro	18
	7 fêmeas por ninho ou, no caso de ninho comum, 120 cm² por fêmea.
Densidade de ninhos e área mínima para espaços externos. Área externa mínima em metros quadrados por ave.	4

2. Frangas e galos irmãos:

Densidade de estocagem e superfície mínima para área interna Densidade de aves por m² de área útil interna do aviário	21 kg de peso vivo /m²
--	------------------------

Poleiros ou plataformas elevadas para sentar, ou ambos.	Qualquer combinação de poleiros ou plataformas elevadas para sentar, ou ambos, que proporcionem um poleiro com no mínimo 10 cm de altura por ave. ou mínimo 100 cm² de área elevada para sentar/pássaro 1
Densidade de estocagem e superfície mínima para área externa Área externa mínima em metros quadrados por ave.	
3. Galinhas poedeiras, incluindo linhagens de dupla aptidão criadas para produção de carne e ovos: Densidade	
de alojamento e área mínima para espaço interno Número máximo de aves por m² de área útil do espaço interno do aviário Poleiros Mínimo de cm por poleiro/ave Ninhos Densidade de	6
alojamento e área mínima para espaço	18
externo	7 galinhas poedeiras por ninho ou, no caso de ninho comum, 120 cm²/ galinha poedeira.
Mínimo de m² por ave na área externa	
4. Engorda de aves <i>Gallus gallus</i> :	
Densidade de estocagem e superfície mínima para área interna Densidade de aves por m² de área útil interna do aviário	21 kg de peso vivo/m²
Poleiros ou plataformas elevadas para sentar, ou ambos.	Qualquer combinação de poleiros ou plataformas elevadas para sentar, ou ambos, que proporcionem um poleiro com no mínimo 5 cm de altura por ave. ou mínimo 25 cm2 de altura do assento elevado/pássaro
Densidade de estocagem e área mínima para espaços externos em casas fixas Área externa mínima em metros quadrados por ave.	4
Densidade de estocagem e área mínima para espaços externos em casas móveis Área externa mínima em metros quadrados por ave.	2,5
5. Engorda de aves <i>Gallus gallus</i> : capões e galinhas: Densidade de lotação	
e superfície mínima para área interna Densidade de lotação por m² de área útil da área interna do aviário Poleiros ou plataformas elevadas para sentar ou ambos	21 kg de peso vivo/m²
	Qualquer combinação de poleiros ou plataformas elevadas para sentar, ou ambos, que proporcionem um poleiro com no mínimo 5 cm de altura por ave. ou mínimo 25 cm2 de altura do assento elevado/pássaro
Densidade de estocagem e superfície mínima para área externa Área externa mínima em metros quadrados por ave.	4

6. Aves de engorda que não sejam *Gallus gallus*: Perus (*Meleagris gallopavo*) comercializados inteiros para assar ou destinados ao corte:

Densidade de estocagem e superfície mínima para área interna	21 kg de peso vivo/m²
Densidade de aves por m² de área útil interna do aviário	
Poleiros ou plataformas elevadas para sentar, ou ambos.	Qualquer combinação de poleiros ou plataformas elevadas para sentar, ou ambos, que proporcionem um poleiro com no mínimo 10 cm de altura por ave. ou mínimo 100 cm² de altura do assento elevado/pássaro
Densidade de estocagem e superfície mínima para área externa	10
Área externa mínima em metros quadrados por ave.	

7. Aves de engorda, exceto *Gallus gallus*: Gansos *Anser anser domesticus*: Densidade de alojamento

e superfície mínima para área interna Densidade de alojamento por m²	21 kg de peso vivo/m²
de área útil da área interna do aviário Densidade de alojamento e superfície mínima para área externa	
Área externa mínima em m² por ave	15

8. Aves de engorda, exceto *Gallus gallus*: Patos-de-Pequim (*Anas platyrhynchos domesticus*), Patos-do-mato (*Cairina moschata* e híbridos) e Patos-mulares (*Cairina moschata* × *Anas platyrhynchos*): Densidade de alojamento e superfície mínima para área interna

Densidade de alojamento por m² de área útil da área interna do aviário	21 kg de peso vivo/m²
Densidade de alojamento e superfície mínima para área externa Área externa mínima em m² por ave	
	4,5

9. Aves de engorda que não sejam *Gallus gallus*: Galinhas-d'angola *Numida meleagris f. domestica*: Densidade de

alojamento e superfície mínima para área interna 21 kg de peso vivo /m2 Densidade de alojamento por m2 de área útil da área interna do aviário.	
Poleiros ou plataformas elevadas para sentar, ou ambos.	Qualquer combinação de poleiros ou plataformas elevadas para sentar, ou ambos, que proporcionem um poleiro com no mínimo 5 cm de altura por ave. ou mínimo 25 cm2 de altura do assento elevado/pássaro
Densidade de aves e área mínima para espaço externo. Área externa mínima em m²/ave.	4

Parte V: Densidade de lotação e superfície mínima para áreas internas e externas para coelhos, conforme mencionado no Artigo 18

1. Para áreas internas

	Área interna (área líquida utilizável por animal, excluindo plataformas, m²/ cabeça) para a área de descanso Habitação fixa	Área interna (área líquida utilizável por animal, excluindo plataformas, m²/ cabeça) para a área de descanso moradias móveis
A amamentação é feita com os filhotes até o desmame.	0,6 m²/cabra com crias se o peso vivo da cabra for inferior a 6 kg 0,72 m²/cabra com crias se o peso vivo da cabra for superior a 6 kg	0,6 m²/ cabra com crias se o peso vivo da cabra for inferior a 6 kg 0,72 m²/cabra com crias se o peso vivo da cabra for superior a 6 kg
Coelhas prenhes e coelhas reprodutoras	0,5 m²/cabra prenhe ou fêmea reprodutiva se o peso vivo for inferior a 6 kg 0,62 m²/cabra prenhe ou fêmea reprodutiva, se o peso vivo for superior a 6 kg	0,5 m²/cabra prenhe ou fêmea reprodutiva se o peso vivo for inferior a 6 kg 0,62 m²/cabra prenhe ou fêmea reprodutiva, se o peso vivo for superior a 6 kg
Engorda de coelhos desde o desmame até o abate. Coelhos de reposição (do final do período de engorda até os 6 meses)	0,2	0,15
cervos adultos	0,6 1 se o bode estiver recebendo fêmeas para acasalamento	0,6 1 se o bode estiver recebendo fêmeas para acasalamento

2. Para área externa

	Área externa (área externa com vegetação, preferencialmente pasto) (área líquida utilizável por animal, excluindo plataformas, m²/cabeça) Habitação fixa	Área externa (área líquida utilizável por animal, excluindo plataformas, m²/ cabeça) moradias móveis
A amamentação é feita com os filhotes até o desmame.	2,5 m² /doe com kits	2,5 m² /doe com kits
Coelhas prenhes/Fêmeas reprodutoras	2,5	2,5
Engorda de coelhos desde o desmame até o abate.	0,5	0,4
Coelhos de reposição (do final do período de engorda até os 6 meses)	2,5	2,5

--

LIVESTOCK ORGANIC PRODUCTION RULES**Applicable for livestock and unprocessed livestock products, and other products listed in Annex I of Reg. UE 2018/848****ABSTRACTS FROM THE EUROPEAN REGULATIONS**

- EU 2818/848 (consolidated version 2023-02-21)
- EU 2021/1165 (consolidated version 2023-02-07)
- EU 2020/464 (consolidated version 2021-11-25)

According to the requirements provided in art. 1.2.e of Reg. EU 2021/1698, BIOAGRICERT is providing this abstract of the production rules and control measures set out in Regulation (EU) 2018/848, and in the delegated and implementing acts adopted pursuant to it, based on the above mentioned consolidated version available on <https://eur-lex.europa.eu/collection/eu-law/consleg.html>

This abstract is integrated with unofficial translation, in languages that are understandable for the contracted operators in the third countries for which BIOAGRICERT requests recognition.

In case of any disputes related to the interpretation of this document, shall apply only the official version of the mentioned regulations as available in one of the official language of the European Union on

<https://eur-lex.europa.eu/homepage.html>

This text is meant purely as a documentation tool and has no legal effect. The Union's institutions do not assume any liability for its contents. The authentic versions of the relevant acts, including their preambles, are those published in the Official Journal of the European Union and available in EUR-Lex. Those official texts are directly accessible through the links embedded in this document

REGULATION (EU) 2018/848 OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL
of 30 May 2018
on organic production and labelling of organic products and repealing Council Regulation (EC) No 834/2007

(ABSTRACT from consolidated version 2023-02-21)

CHAPTER I - SUBJECT MATTER, SCOPE AND DEFINITIONS

Article 1

Subject matter

This Regulation establishes the principles of organic production and lays down the rules concerning organic production, related certification and the use of indications referring to organic production in labelling and advertising, as well as rules on controls additional to those laid down in Regulation (EU) 2017/625.

Article 2

Scope

1. This Regulation applies to the following products originating from agriculture, including aquaculture and beekeeping, as listed in Annex I to the TFEU and to products originating from those products, where such products are, or are intended to be, produced, prepared, labelled, distributed, placed on the market, imported into or exported from the Union:

- (a) live or unprocessed agricultural products, including seeds and other plant reproductive material;
- (b) processed agricultural products for use as food;
- (c) feed.

This Regulation also applies to certain other products closely linked to agriculture listed in Annex I to this Regulation, where they are, or are intended to be, produced, prepared, labelled, distributed, placed on the market, imported into or exported from the Union.

2. This Regulation applies to any operator involved, at any stage of production, preparation and distribution, in activities relating to the products referred to in paragraph 1.

3. Mass catering operations carried out by a mass caterer as defined in point (d) of Article 2(2) of Regulation (EU) No 1169/2011 are not subject to this Regulation except as set out in this paragraph.

CHAPTER III - PRODUCTION RULES*Article 9***General production rules**

1. Operators shall comply with the general production rules laid down in this Article.
2. The entire holding shall be managed in compliance with the requirements of this Regulation that apply to organic production.
3. For the purposes and uses referred to in Articles 24 and 25 and in Annex II, only products and substances that have been authorised pursuant to those provisions may be used in organic production, provided that their use in non-organic production has also been authorised in accordance with the relevant provisions of Union law and, where applicable, in accordance with national provisions based on Union law.

The following products and substances referred to in Article 2(3) of Regulation (EC) No 1107/2009 shall be allowed for use in organic production, provided that they are authorised pursuant to that Regulation:

- (a) safeners, synergists and co-formulants as components of plant protection products;
- (b) adjuvants that are to be mixed with plant protection products.

The use in organic production of products and substances for purposes other than those covered by this Regulation shall be allowed, provided that their use complies with the principles laid down in Chapter II.

4. Ionising radiation shall not be used in the treatment of organic food or feed, and in the treatment of raw materials used in organic food or feed.
5. The use of animal cloning, and the rearing of artificially induced polyploid animals, shall be prohibited.
6. Preventive and precautionary measures shall be taken, where appropriate, at every stage of production, preparation and distribution.
7. Notwithstanding paragraph 2, a holding may be split into clearly and effectively separated production units for organic, in-conversion and non-organic production, provided that for the non-organic production units:
 - (a) as regards livestock, different species are involved;
 - (b) as regards plants, different varieties that can be easily differentiated are involved.

As regards algae and aquaculture animals, the same species may be involved, provided that there is a clear and effective separation between the production sites or units.

8. By way of derogation from point (b) of paragraph 7, in the case of perennial crops which require a cultivation period of at least three years, different varieties that cannot be easily differentiated, or the same varieties, may be involved, provided that the production in question is within the context of a conversion plan, and provided that the conversion of the last part of the area related to the production in question to organic production begins as soon as possible and is completed within a maximum of five years.

In such cases:

- (a) the farmer shall notify the competent authority, or, where appropriate, the control authority or the control body, of the start of harvest of each of the products concerned at least 48 hours in advance;
- (b) upon completion of the harvest, the farmer shall inform the competent authority, or, where appropriate, the control authority or the control body, of the exact quantities harvested from the units concerned and of the measures taken to separate the products;

(c) the conversion plan and the measures to be taken to ensure the effective and clear separation shall be confirmed each year by the competent authority, or, where appropriate, by the control authority or the control body, after the start of the conversion plan.

9. The requirements concerning different species and varieties, laid down in points (a) and (b) of paragraph 7, shall not apply in the case of research and educational centres, plant nurseries, seed multipliers and breeding operations.

10. Where, in the cases referred to in paragraphs 7, 8 and 9, not all production units of a holding are managed under organic production rules, the operators shall:

- (a) keep the products used for the organic and in-conversion production units separate from those used for the non-organic production units;
- (b) keep the products produced by the organic, in-conversion and non-organic production units separate from each other;
- (c) keep adequate records to show the effective separation of the production units and of the products.

Article 11

Prohibition of the use of GMOs

1. GMOs, products produced from GMOs, and products produced by GMOs shall not be used in food or feed, or as food, feed, processing aids, plant protection products, fertilisers, soil conditioners, plant reproductive material, micro-organisms or animals in organic production.

2. For the purposes of the prohibition laid down in paragraph 1, with regard to GMOs and products produced from GMOs for food and feed, operators may rely on the labels of a product that have been affixed or provided pursuant to Directive 2001/18/EC, Regulation (EC) No 1829/2003 of the European Parliament and of the Council or Regulation (EC) No 1830/2003 of the European Parliament and of the Council or any accompanying document provided pursuant thereto.

3. Operators may assume that no GMOs and no products produced from GMOs have been used in the manufacture of purchased food and feed where such products do not have a label affixed or provided, or are not accompanied by a document provided, pursuant to the legal acts referred to in paragraph 2, unless they have obtained other information indicating that the labelling of the products concerned is not in conformity with those legal acts.

4. For the purposes of the prohibition laid down in paragraph 1, with regard to products not covered by paragraphs 2 and 3, operators using non-organic products purchased from third parties shall require the vendor to confirm that those products are not produced from GMOs or produced by GMOs.

Article 14

Livestock production rules

1. Livestock operators shall comply, in particular, with the detailed production rules set out in Part II of Annex II and in any implementing acts referred to in paragraph 3 of this Article.

2. The Commission is empowered to adopt delegated acts in accordance with Article 54 amending:

- (a) points 1.3.4.2, 1.3.4.4.2 and 1.3.4.4.3 of Part II of Annex II by reducing the percentages as regards the origin of animals, once sufficient availability on the Union market of organic animals has been established;
- (b) point 1.6.6 of Part II of Annex II as regards the limit on organic nitrogen linked to the total stocking density;
- (c) point 1.9.6.2(b) of Part II of Annex II as regards the feeding of bee colonies;

(d) points 1.9.6.3(b) and (e) of Part II of Annex II as regards the acceptable treatments for the disinfection of apiaries and the methods and treatments to fight against *Varroa destructor*;

(e) Part II of Annex II by adding detailed rules on livestock production for species other than species regulated in that Part on 17 June 2018, or by amending those added rules, as regards:

- (i) derogations as regards the origin of animals;
- (ii) nutrition;
- (iii) housing and husbandry practices;
- (iv) health care;
- (v) animal welfare.

Article 27

Obligations and actions in the event of suspicion of non-compliance

Where an operator suspects that a product it has produced, prepared, imported or has received from another operator does not comply with this Regulation, that operator shall, subject to Article 28(2):

- (a) identify and separate the product concerned;
- (b) check whether the suspicion can be substantiated;
- (c) not place the product concerned on the market as an organic or in-conversion product and not use it in organic production, unless the suspicion can be eliminated;
- (d) where the suspicion has been substantiated or where it cannot be eliminated, immediately inform the relevant competent authority, or, where appropriate, the relevant control authority or control body, and provide it with available elements, where appropriate;
- (e) fully cooperate with the relevant competent authority, or, where appropriate, with the relevant control authority or control body, in verifying and identifying the reasons for the suspected non-compliance.

CHAPTER IV - LABELLING

Article 30

Use of terms referring to organic production

1. For the purposes of this Regulation, a product shall be regarded as bearing terms referring to organic production where, in the labelling, advertising material or commercial documents, such a product, its ingredients or feed materials used for its production are described in terms suggesting to the purchaser that the product, ingredients or feed materials have been produced in accordance with this Regulation. In particular, the terms listed in Annex IV and their derivatives and diminutives, such as 'bio' and 'eco', whether alone or in combination, may be used throughout the Union and in any language listed in that Annex for the labelling and advertising of products referred to in Article 2(1) which

comply with this Regulation.

2. For the products referred to in Article 2(1), the terms referred to in paragraph 1 of this Article shall not be used anywhere in the Union, in any language listed in Annex IV, for the labelling, advertising material or commercial documents of a product which does not comply with this Regulation.

Furthermore, no terms, including terms used in trademarks or company names, or practices shall be used in labelling or advertising if they are liable to mislead the consumer or user by suggesting that a product or its ingredients comply with this Regulation.

3. Products that have been produced during the conversion period shall not be labelled or advertised as organic products or as in-conversion products.

However, plant reproductive material, food products of plant origin and feed products of plant origin that have been produced during the conversion period, which comply with Article 10(4), may be labelled and advertised as in-conversion products by using the term 'in-conversion' or a corresponding term, together with the terms referred to in paragraph 1.

4. The terms referred to in paragraph 1 and 3 shall not be used for a product for which Union law requires the labelling or advertising to state that the product contains GMOs, consists of GMOs or is produced from GMOs.

5. For processed food, the terms referred to in paragraph 1 may be used:

(a) in the sales description, and in the list of ingredients where such a list is mandatory pursuant to Union legislation, provided that:

(i) the processed food complies with the production rules set out in Part IV of Annex II and with the rules laid down in accordance with Article 16(3);

(ii) at least 95 % of the agricultural ingredients of the product by weight are organic; and

(iii) in the case of flavourings, they are only used for natural flavouring substances and natural flavouring preparations labelled in accordance with Article 16(2), (3) and (4) of Regulation (EC) No 1334/2008 and all of the flavouring components and carriers of flavouring components in the flavouring concerned are organic;

(b) only in the list of ingredients, provided that:

(i) less than 95 % of the agricultural ingredients of the product by weight are organic, and provided that those ingredients comply with the production rules set out in this Regulation; and

(ii) the processed food complies with the production rules set out in points 1.5, 2.1(a), 2.1(b) and 2.2.1 of Part IV of Annex II, with the exception of the rules on restricted use of non-organic agricultural ingredients set out in point 2.2.1 of Part IV of Annex II, and with the rules laid down in accordance with Article 16(3);

(c) in the sales description and in the list of ingredients, provided that:

(i) the main ingredient is a product of hunting or fishing;

(ii) the term referred to in paragraph 1 is clearly related in the sales description to another ingredient which is organic and different from the main ingredient;

(iii) all other agricultural ingredients are organic; and

(iv) the processed food complies with the production rules set out in points 1.5, 2.1(a), 2.1(b) and 2.2.1 of Part IV of Annex II, with the exception of the rules on restricted use of non-organic agricultural ingredients set out in point 2.2.1 of Part IV of Annex II, and with the rules laid down in accordance with Article 16(3).

The list of ingredients referred to in points (a), (b) and (c) of the first subparagraph shall indicate which ingredients are organic. The references to organic production may only appear in relation to the organic ingredients.

The list of ingredients referred to in points (b) and (c) of the first subparagraph shall include an indication of the total percentage of organic ingredients in proportion to the total quantity of agricultural ingredients.

The terms referred to in paragraph 1, when used in the list of ingredients referred to in points (a), (b), and (c) of the first subparagraph of this paragraph, and the indication of the percentage referred to in the third subparagraph of this paragraph shall appear in the same colour, identical size and style of lettering as the other indications in the list of

ingredients.

6. For processed feed, the terms referred to in paragraph 1 may be used in the sales description and in the list of ingredients, provided that:

- (a) the processed feed complies with the production rules set out in Parts II, III and V of Annex II and with the specific rules laid down in accordance with Article 17(3);
- (b) all of the ingredients of agricultural origin that are contained in the processed feed are organic; and
- (c) at least 95 % of the dry matter of the product are organic.

Article 32

Compulsory indications

1. Where products bear terms as referred to in Article 30(1), including products labelled as in-conversion products in accordance with Article 30(3):

- (a) the code number of the control authority or control body to which the operator that carried out the last production or preparation operation is subject shall also appear in the labelling; and
- (b) in the case of prepacked food, the organic production logo of the European Union referred to in Article 33 shall also appear on the packaging, except in cases referred to in Article 30(3) and points (b) and (c) of Article 30(5).

2. Where the organic production logo of the European Union is used, an indication of the place where the agricultural raw materials of which the product is composed have been farmed shall appear in the same visual field as the logo and shall take one of the following forms, as appropriate:

- (a) 'EU Agriculture', where the agricultural raw material has been farmed in the Union;
- (b) 'non-EU Agriculture', where the agricultural raw material has been farmed in third countries;
- (c) 'EU/non-EU Agriculture', where a part of the agricultural raw materials has been farmed in the Union and a part of it has been farmed in a third country.

For the purposes of the first subparagraph, the word 'Agriculture' may be replaced by 'Aquaculture' where appropriate and the words 'EU' and 'non-EU' may be replaced or supplemented by the name of a country, or by the name of a country and a region, if all of the agricultural raw materials of which the product is composed have been farmed in that country and, if applicable, in that region.

For the indication of the place where the agricultural raw materials of which the product is composed have been farmed, as referred to in the first and third subparagraphs, small quantities by weight of ingredients may be disregarded, provided that the total quantity of the disregarded ingredients does not exceed 5 % of the total quantity by weight of agricultural raw materials.

The words 'EU' or 'non-EU' shall not appear in a colour, size and style of lettering that is more prominent than the name of the product.

3. The indications referred to in paragraphs 1 and 2 of this Article and in Article 33(3) shall be marked in a conspicuous place in such a way as to be easily visible, and shall be clearly legible and indelible.

Article 33

Organic production logo of the European Union

1. The organic production logo of the European Union may be used in the labelling, presentation and advertising of products which comply with this Regulation.

The organic production logo of the European Union may also be used for information and educational purposes related to the existence and advertising of the logo itself, provided that such use is not liable to mislead the consumer as regards the organic production of specific products, and provided that the logo is reproduced in accordance with the rules set out in Annex V. In such case, the requirements of Article 32(2) and point 1.7 of Annex V shall not apply.

The organic production logo of the European Union shall not be used for processed food as referred to in points (b) and (c) of Article 30(5) and for in-conversion products as referred to in Article 30(3).

2. Except where used in accordance with the second subparagraph of paragraph 1, the organic production logo of the European Union is an official attestation in accordance with Articles 86 and 91 of Regulation (EU) 2017/625.

3. The use of the organic production logo of the European Union shall be optional for products imported from third countries. Where that logo appears in the labelling of such products, the indication referred to in Article 32(2) shall also appear in the labelling.

4. The organic production logo of the European Union shall follow the model set out in Annex V, and shall comply with the rules set out in that Annex.

5. National logos and private logos may be used in the labelling, presentation and advertising of products which comply with this Regulation.

Article 35

Certificate

1. Competent authorities, or, where appropriate, control authorities or control bodies, shall provide a certificate to any operator or group of operators that has notified its activity in accordance with Article 34(1) and complies with this Regulation. The certificate shall:

(a) be issued in electronic form wherever possible;

(b) allow at least the identification of the operator or group of operators including the list of the members, the category of products covered by the certificate and its period of validity;

(c) certify that the notified activity complies with this Regulation; and

(d) be issued in accordance with the model set out in Annex VI.

2. Without prejudice to paragraph 8 of this Article and to Article 34(2), operators and groups of operators shall not place products referred to in Article 2(1) on the market as organic products or in-conversion products unless they are already in possession of a certificate as referred to in paragraph 1 of this Article.

3. The certificate referred to in this Article shall be an official certificate within the meaning of point (a) of Article 86(1) of Regulation (EU) 2017/625.

4. An operator or a group of operators shall not be entitled to obtain a certificate from more than one control body in relation to activities carried out in the same Member State regarding the same category of products, including cases in which that operator or group of operators operates at different stages of production, preparation and distribution.

5. Members of a group of operators shall not be entitled to obtain an individual certificate for any of the activities covered by the certification of the group of operators to which they belong.

6. Operators shall verify the certificates of those operators that are their suppliers.

7. For the purposes of paragraphs 1 and 4 of this Article, products shall be classified in accordance with the following categories:

(a) unprocessed plants and plant products, including seeds and other plant reproductive material;

- (b) livestock and unprocessed livestock products;
- (c) algae and unprocessed aquaculture products;
- (d) processed agricultural products, including aquaculture products, for use as food;
- (e) feed;
- (f) wine;
- (g) other products listed in Annex I to this Regulation or not covered by the previous categories.

Article 39

Additional rules on actions to be taken by the operators and groups of operators

1. In addition to the obligations laid down in Article 15 of Regulation (EU) 2017/625, operators and groups of operators shall:

- (a) keep records to demonstrate their compliance with this Regulation;
- (b) make all declarations and other communications that are necessary for official controls;
- (c) take relevant practical measures to ensure compliance with this Regulation;
- (d) provide, in form of a declaration to be signed and updated as necessary:
 - (i) the full description of the organic or in-conversion production unit and of the activities to be performed in accordance with this Regulation;
 - (ii) the relevant practical measures to be taken to ensure compliance with this Regulation;
 - (iii) an undertaking:

— to inform in writing and without undue delay buyers of the products and to exchange relevant information with the competent authority, or, where appropriate, with the control authority or control body, in the event that a suspicion of non-compliance has been substantiated, that a suspicion of non-compliance cannot be eliminated, or that non-compliance that affects the integrity of the products in question has been established,

— to accept the transfer of the control file in the case of change of control authority or control body or, in the case of withdrawal from organic production, the keeping of the control file for at least five years by the last control authority or control body,

— to immediately inform the competent authority or the authority or body designated in accordance with Article 34(4) in the event of withdrawal from organic production, and

— to accept the exchange of information among those authorities or bodies in the event that subcontractors are subject to controls by different control authorities or control bodies.

Article 45

Import of organic and in-conversion products

1. A product may be imported from a third country for the purpose of placing that product on the market within the Union as an organic product or as an in-conversion product, provided that the following three conditions are met:

(a) the product is a product as referred to in Article 2(1);

(b) one of the following applies:

(i) the product complies with Chapters II, III and IV of this Regulation, and all operators and groups of operators referred to in Article 36, including exporters in the third country concerned, have been subject to controls by control authorities or control bodies recognised in accordance with Article 46, and those authorities or bodies have provided all such operators, groups of operators and exporters with a certificate confirming that they comply with this Regulation;

(ii) in cases where the product comes from a third country which is recognised in accordance with Article 47, that product complies with the conditions laid down in the relevant trade agreement; or

(iii) in cases where the product comes from a third country which is recognised in accordance with Article 48, that product complies with the equivalent production and control rules of that third country and is imported with a certificate of inspection confirming this compliance that was issued by the competent authorities, control authorities or control bodies of that third country; and

(c) the operators in third countries are able at any time to provide the importers and the national authorities in the Union and in those third countries with information allowing the identification of the operators that are their suppliers and the control authorities or control bodies of those suppliers, with a view to ensuring the traceability of the organic or in-conversion product concerned. That information shall also be made available to the control authorities or control bodies of the importers.

*ANNEX I***OTHER PRODUCTS REFERRED TO IN ARTICLE 2(1)**

- Yeasts used as food or feed,
- maté, sweetcorn, vine leaves, palm hearts, hop shoots, and other similar edible parts of plants and products produced therefrom,
- sea salt and other salts for food and feed,
- silkworm cocoon suitable for reeling,
- natural gums and resins,
- beeswax,
- essential oils,
- cork stoppers of natural cork, not agglomerated, and without any binding substances,
- cotton, not carded or combed,
- wool, not carded or combed,
- raw hides and untreated skins,
- plant-based traditional herbal preparations.

*ANNEX II***DETAILED PRODUCTION RULES REFERRED TO IN CHAPTER III****Part II: Livestock production rules**

In addition to the production rules laid down in Articles 9, 10, 11 and 14, the rules laid down in this Part shall apply to organic livestock production.

1. General requirements

1.1. Except in the case of beekeeping, landless livestock production, where the farmer intending to produce organic livestock does not manage agricultural land and has not established a written cooperation agreement with a farmer as regards the use of organic production units or in-conversion production units for that livestock, shall be prohibited.

Operators shall keep available documentary evidence on any derogation from livestock production rules obtained in accordance with points 1.3.4.3, 1.3.4.4, 1.7.5, 1.7.8, 1.9.3.1(c) and 1.9.4.2(c).

1.2. Conversion

1.2.1. In the case of simultaneous start of conversion of the production unit, including pasturage or any land used for animal feed, and of the animals existing on this production unit at the beginning of the conversion period of this production unit as referred to in points 1.7.1 and 1.7.5(b) of Part I, animals and animal products may be considered organic at the end of the conversion period of the production unit, even if the conversion period laid down in point 1.2.2 of this Part for the type of animal concerned is longer than the conversion period for the production unit.

By derogation from point 1.4.3.1, in the case of such simultaneous conversion and during the conversion period of the production unit, animals present in this production unit since the beginning of the conversion period may be fed with in-conversion feed produced on the in-conversion production unit during the first year of conversion and/or with feed in accordance with point 1.4.3.1 and/or with organic feed.

Non-organic animals may be introduced into an in-conversion production unit after the start of the conversion period in accordance with point 1.3.4.

1.2.2. Conversion periods specific to the type of animal production are set out as follows:

- (a) 12 months in the case of bovine animals and equine animals for meat production, and in any case no less than three quarters of their lifetime;
- (b) six months in the case of ovine animals, caprine animals and porcine animals and animals for milk production;
- (c) 10 weeks for poultry for meat production, except for Peking ducks, brought in before they are three days old;
- (d) seven weeks for Peking ducks brought in before they are three days old;
- (e) six weeks in the case of poultry for egg production brought in before they are three days old;
- (f) 12 months for bees.

During the conversion period, the wax shall be replaced with wax coming from organic beekeeping.

However, non-organic beeswax may be used:

- (i) where beeswax from organic beekeeping is not available on the market;

- (ii) where it is proven free of contamination with products or substances not authorised for use in organic production; and
- (iii) provided that it comes from the cap;
- (g) three months for rabbits;
- (h) 12 months for cervine animals.

1.3. Origin of animals

1.3.1. Without prejudice to the rules on conversion, organic livestock shall be born or hatched and raised on organic production units.

1.3.2. With regard to the breeding of organic animals:

- (a) reproduction shall use natural methods; however, artificial insemination shall be allowed;
- (b) reproduction shall not be induced or impeded by treatment with hormones or other substances with a similar effect, except as a form of veterinary therapeutic treatment in the case of an individual animal;
- (c) other forms of artificial reproduction, such as cloning and embryo transfer, shall not be used;
- (d) the choice of breeds shall be appropriate to the principles of organic production, shall ensure a high standard of animal welfare and shall contribute to the prevention of any suffering and to avoiding the need for the mutilation of animals.

1.3.3. When choosing breeds or strains, operators shall consider giving preference to breeds or strains with a high degree of genetic diversity, the capacity of animals to adapt to local conditions, their breeding value, their longevity, their vitality and their resistance to disease or health problems, all without impairment of their welfare. In addition, breeds or strains of animals shall be selected to avoid specific diseases or health problems associated with some breeds or strains used in intensive production, such as porcine stress syndrome, possibly leading to pale-soft-exudative (PSE) meat, sudden death, spontaneous abortion and difficult births requiring caesarean operations. Preference shall be given to indigenous breeds and strains.

To choose the breeds and strains in accordance with the first paragraph, operators shall use the information available in the systems referred to in Article 26(3).

1.3.4. Use of non-organic animals

1.3.4.1. By way of derogation from point 1.3.1, for breeding purposes, non-organically raised animals may be brought to an organic production unit when breeds are in danger of being lost to farming as referred to in point (b) of Article 28(10) of Regulation (EU) No 1305/2013 and acts adopted on the basis thereof. In such case, the animals of those breeds need not necessarily be nulliparous.

1.3.4.2. By way of derogation from point 1.3.1, for the renovation of apiaries, 20 % per year of the queen bees and swarms may be replaced by non-organic queen bees and swarms in the organic production unit, provided that the queen bees and swarms are placed in hives with combs or comb foundations coming from organic production units. In any case, one swarm or queen bee may be replaced per year by a non-organic swarm or a queen bee.

1.3.4.3. By way of derogation from point 1.3.1, where a flock is constituted for the first time, or is renewed or reconstituted, and where the qualitative and quantitative needs of farmers cannot be met, the competent authority may decide that non-organically reared poultry may be brought into an organic poultry production unit, provided that the pullets for the production of eggs and poultry for meat production are less than three days old. Products derived from them may only be considered as organic if the conversion period specified in point 1.2 has been complied with.

1.3.4.4. By way of derogation from point 1.3.1, where the data collected in the system referred to in point (b) of Article 26(2) shows that the qualitative or quantitative needs of the farmer regarding organic animals are not met, competent authorities may authorise the introduction of non-organic animals into an organic production unit, subject to the conditions provided for in points 1.3.4.4.1 to 1.3.4.4.4.

Prior to requesting any such derogation, the farmer shall consult the data collected in the system referred to in point (b) of Article 26(2) in order to verify whether his or her request is justified.

For operators in third countries, control authorities and control bodies recognised in accordance with Article 46(1) may authorise the introduction of non-organic animals into an organic production unit where organic animals are not available in sufficient quality or quantity in the territory of the country where the operator is located.

1.3.4.4.1. For breeding purposes, non-organic young animals may be introduced when a herd or flock is constituted for the first time. They shall be reared in accordance with the organic production rules immediately after they are weaned. In addition, the following restrictions shall apply on the date on which those animals enter the herd or flock:

- (a) bovine animals, equine animals and cervine animals shall be less than six months old;
- (b) ovine animals and caprine animals shall be less than 60 days old;
- (c) porcine animals shall weigh less than 35 kg;
- (d) rabbits shall be less than three months old.

1.3.4.4.2. For breeding purposes, non-organic adult male and non-organic nulliparous female animals may be introduced for the renewal of a herd or flock. They shall be reared subsequently in accordance with the organic production rules. In addition, the number of female animals shall be subject to the following restrictions per year:

- (a) up to a maximum of 10 % of adult equine animals or bovine animals and 20 % of the adult porcine animals, ovine animals, caprine animals, rabbits or cervine animals may be introduced;
- (b) for units with fewer than 10 equine animals, cervine animals or bovine animals or rabbits, or with fewer than five porcine animals, ovine animals or caprine animals, any such renewal shall be limited to a maximum of one animal per year.

1.3.4.4.3. The percentages set in point 1.3.4.4.2 may be increased up to 40 %, provided that the competent authority has confirmed that any of following conditions is fulfilled:

- (a) a major extension to the farm has been undertaken;
- (b) one breed has been replaced with another;
- (c) a new livestock specialisation has been initiated.

1.3.4.4.4. In the cases referred to in points 1.3.4.4.1, 1.3.4.4.2 and 1.3.4.4.3, non-organic animals may only be considered as organic if the conversion period specified in point 1.2 has been complied with. The conversion period laid down in point 1.2.2 shall start, at the earliest, once the animals are introduced into the in-conversion production unit.

1.3.4.4.5. In the cases referred to in points 1.3.4.4.1 to 1.3.4.4.4, non-organic animals shall either be kept separate from other livestock or shall be kept identifiable until the end of the conversion period referred to in point 1.3.4.4.4.

1.3.4.5. Operators shall keep records or documentary evidence of the origin of animals, identifying the animals in accordance with appropriate systems (per animal or by batch/flock/hive), of the veterinary records of the animals introduced in the holding, the date of arrival, and the conversion period.

1.4. Nutrition

1.4.1. General nutrition requirements

With regard to nutrition, the following rules shall apply:

- (a) feed for livestock shall be obtained primarily from the agricultural holding where the animals are kept or shall be obtained from organic or in-conversion production units belonging to other holdings in the same region;
- (b) livestock shall be fed with organic or in-conversion feed that meets the animal's nutritional requirements at the various stages of its development; restricted feeding shall not be permitted in livestock production unless justified for veterinary reasons;
- (c) livestock shall not be kept in conditions or on a diet which may encourage anaemia;

- (d) fattening practices shall always respect the normal nutritional patterns for each species and the animals' welfare at each stage of the rearing process; force-feeding is forbidden;
- (e) with the exception of porcine animals, poultry and bees, livestock shall have permanent access to pasture whenever conditions allow or shall have permanent access to roughage;
- (f) growth promoters and synthetic amino-acids shall not be used;
- (g) suckling animals shall preferably be fed on maternal milk for a minimum period laid down by the Commission in accordance with point (a) of Article 14(3); milk replacers containing chemically synthesised components or components of plant origin shall not be used during that period;
- (h) feed materials of plant, algal, animal or yeast origin shall be organic;
- (i) non-organic feed materials of plant, algal, animal or yeast origin, feed materials of microbial or of mineral origin, feed additives and processing aids may be used only if they have been authorised pursuant to Article 24 for use in organic production.

1.4.2. Grazing

1.4.2.1. Grazing on organic land

Without prejudice to point 1.4.2.2, organic animals shall graze on organic land. However, non-organic animals may use organic pasturage for a limited period each year, provided that they have been raised in an environmental friendly way on land supported under Articles 23, 25, 28, 30, 31 and 34 of Regulation (EU) No 1305/2013 and that they are not present on the organic land at the same time as organic animals.

1.4.2.2. Grazing on common land and transhumance

1.4.2.2.1. Organic animals may graze on common land, provided that:

- (a) the common land has not been treated with products or substances not authorised for use in organic production for at least three years;
- (b) any non-organic animals which use the common land have been raised in an environmental friendly way on land supported under Articles 23, 25, 28, 30, 31 and 34 of Regulation (EU) No 1305/2013;
- (c) any livestock products from organic animals that were produced during the period when those animals grazed on common land are not considered as organic products unless adequate segregation from non-organic animals can be proved.

1.4.2.2.2. During the period of transhumance, organic animals may graze on non-organic land when they are being moved on foot from one grazing area to another. During that period, organic animals shall be kept separate from other animals. The uptake of non-organic feed, in the form of grass and other vegetation on which the animals graze, shall be allowed:

- (a) for a maximum of 35 days covering both the outward and return journeys; or
- (b) for a maximum of 10 % of the total feed ration per year, calculated as a percentage of the dry matter of feedstuffs of agricultural origin.

1.4.3. In-conversion feed

1.4.3.1. For agricultural holdings that produce organic livestock:

- (a) up to 25 % on average of the feed formula of rations may comprise in-conversion feed from the second year of conversion. This percentage may be increased to 100 % if this in-conversion feed comes from the holding where the livestock is kept; and
- (b) up to 20 % of the total average amount of feed fed to livestock may originate from the grazing or harvesting of permanent pastures, perennial forage parcels or protein crops sown under organic management on lands in their first year of conversion, provided that those lands are part of the holding itself.

When both types of in-conversion feed referred to in points (a) and (b) are being used for feeding, the total combined percentage of such feed shall not exceed the percentage

fixed in point (a).
1.4.3.2. The figures in point 1.4.3.1 shall be calculated annually as a percentage of the dry matter of feed of plant origin.
<p>1.4.4. Record-keeping of the feeding regime</p> <p>Operators shall keep records of the feeding regime and, where relevant, the grazing period. In particular, they shall keep records of the name of the feed, including any form of feed used e.g. compound feed, proportions of various feed materials of rations and proportion of feed from their own holding or the same region and, where relevant, periods of access to grazing areas, periods of transhumance where restrictions apply and documentary evidence of the application of points 1.4.2 and 1.4.3.</p>
1.5. Health care
1.5.1. Disease prevention
1.5.1.1. Disease prevention shall be based on breed and strain selection, husbandry management practices, high-quality feed, exercise, appropriate stocking density and adequate and appropriate housing maintained in hygienic conditions.
1.5.1.2. Immunological veterinary medicinal products may be used.
1.5.1.3. Chemically synthesised allopathic veterinary medicinal products, including antibiotics and boluses of synthesised allopathic chemical molecules, shall not be used for preventive treatment.
1.5.1.4. Substances to promote growth or production (including antibiotics, coccidiostats and other artificial aids for growth promotion purposes) and hormones and similar substances for the purpose of controlling reproduction or for other purposes (e.g. induction or synchronisation of oestrus) shall not be used.
1.5.1.5. Where livestock is obtained from non-organic production units, special measures such as screening tests or quarantine periods shall apply, depending on local circumstances.
1.5.1.6. Only the products for cleaning and disinfection in livestock buildings and installations authorised pursuant to Article 24 for use in organic production shall be used for that purpose. Operators shall keep records of the use of those products including the date or dates on which the product was used, the name of the product, its active substances, and the location of such use.
1.5.1.7. Housing, pens, equipment and utensils shall be properly cleaned and disinfected to prevent cross-infection and the build-up of disease carrying organisms. Faeces, urine and uneaten or spilt feed shall be removed as often as necessary to minimise smell and to avoid attracting insects or rodents. Rodenticides, to be used only in traps, and products and substances authorised pursuant to Articles 9 and 24 for use in organic production may be used for the elimination of insects and other pests in buildings and other installations where livestock are kept.
1.5.2. Veterinary treatment
1.5.2.1. Where animals become sick or injured despite preventive measures to ensure animal health, they shall be treated immediately.
1.5.2.2. Disease shall be treated immediately to avoid suffering of the animal. Chemically synthesised allopathic veterinary medicinal products, including antibiotics, may be used where necessary, under strict conditions and under the responsibility of a veterinarian, when the use of phytotherapeutic, homeopathic and other products is inappropriate. In particular, restrictions with respect to courses of treatment and withdrawal periods shall be defined.
1.5.2.3. Feed materials of mineral origin authorised pursuant to Article 24 for use in organic production, nutritional additives authorised pursuant to Article 24 for use in organic production, and phytotherapeutic and homeopathic products shall be used in preference to treatment with chemically synthesised allopathic veterinary medicinal products, including antibiotics, provided that their therapeutic effect is effective for the species of animal and for the condition for which the treatment is intended.
1.5.2.4. With the exception of vaccinations, treatments for parasites and compulsory eradication schemes, where an animal or a group of animals receives more than three courses of treatments with chemically synthesised allopathic veterinary medicinal products, including antibiotics, within 12 months, or more than one course of treatment if their productive lifecycle is less than one year, neither the livestock concerned nor produce derived from such livestock shall be sold as organic products, and the livestock shall be subject to the

conversion periods referred to in point 1.2.
1.5.2.5. The withdrawal period between the last administration to an animal of a chemically synthesised allopathic veterinary medicinal product, including of an antibiotic, under normal conditions of use, and the production of organically produced foodstuffs from that animal shall be twice the withdrawal period referred to in Article 11 of Directive 2001/82/EC, and shall be at least 48 hours.
1.5.2.6. Treatments related to the protection of human and animal health imposed on the basis of Union legislation shall be allowed.
1.5.2.7. Operators shall keep records or documentary evidence of any treatment applied and, in particular, the identification of the animals treated, the date of treatment, diagnosis, the posology, the name of the treatment product and, where applicable, the veterinary prescription for veterinary care, and the withdrawal period applied before livestock products can be marketed and labelled as organic.
1.6. Housing and husbandry practices
1.6.1. Insulation, heating and ventilation of the building shall ensure that air circulation, dust level, temperature, relative air humidity and gas concentration are kept within limits which ensure the well-being of the animals. The building shall permit plentiful natural ventilation and light to enter.
1.6.2. Housing for livestock shall not be mandatory in areas with appropriate climatic conditions enabling animals to live outdoors. In such cases, animals shall have access to shelters or shady areas to protect them from adverse weather conditions.
1.6.3. The stocking density in buildings shall provide for the comfort, well-being and species-specific needs of the animals, and shall depend in particular on the species, the breed and the age of the animals. It shall also take account of the behavioural needs of the animals, which depend in particular on the size of the group and the animals' sex. The density shall ensure the animals' welfare by providing them with sufficient space to stand naturally, to move, to lie down easily, to turn round, to groom themselves, to assume all natural postures and to make all natural movements, such as stretching and wing flapping.
1.6.4. The minimum surface for indoor and outdoor areas, and the technical details relating to housing, laid down in the implementing acts referred to in Article 14(3), shall be complied with.
1.6.5. Open air areas may be partially covered. Verandas shall not be considered as open air areas.
1.6.6. The total stocking density shall not exceed the limit of 170 kg of organic nitrogen per year and hectare of agricultural area.
1.6.7. To determine the appropriate density of livestock referred to in point 1.6.6, the competent authority shall set out the livestock units equivalent to the limit referred to in point 1.6.6, following the figures laid down in each of the specific requirements per type of animal production.
1.6.8. Cages, boxes and flat decks to raise livestock shall not be used for any livestock species.
1.6.9. When livestock is treated individually for veterinary reasons, it shall be kept in spaces that have a solid floor and shall be provided with straw or appropriate bedding. The animal must be able to turn around easily and to lie down comfortably at full length.
1.6.10. Organic livestock may not be reared in a pen on very wet or marshy soil.
1.7. Animal welfare
1.7.1. All persons involved in keeping animals and in handling animals during transport and slaughter shall possess the necessary basic knowledge and skills as regards the health and the welfare needs of the animals and shall have followed adequate training, as required in particular in Council Regulation (EC) No 1/2005 (1) and Council Regulation No (EC) 1099/2009 (2), to ensure proper application of the rules set out in this Regulation.
1.7.2. Husbandry practices, including stocking densities and housing conditions, shall ensure that the developmental, physiological and ethological needs of the animals are met.
1.7.3. Livestock shall have permanent access to open air areas that allow the animals to exercise, preferably pasture, whenever weather and seasonal conditions and the state of the ground allow, except where restrictions and obligations related to the protection of human and animal health have been imposed on the basis of Union legislation.

1.7.4. The number of livestock shall be limited with a view to minimising overgrazing, poaching of soil, erosion, and pollution caused by animals or by the spreading of their manure.
1.7.5. Tethering or isolation of livestock shall be prohibited, except in relation to individual animals for a limited period and insofar as this is justified for veterinary reasons. The isolation of livestock may only be authorised, and only for a limited period, where workers' safety is compromised or for animal welfare reasons. Competent authorities may authorise the tethering of cattle in farms with a maximum of 50 animals (excluding young stock) where it is not possible to keep the cattle in groups appropriate to their behaviour requirements, provided they have access to pastures during the grazing period, and have access to open air areas at least twice a week when grazing is not possible.
1.7.6. Duration of transport of livestock shall be minimised.
1.7.7. Any suffering, pain and distress shall be avoided and shall be kept to a minimum during the entire life of the animal, including at the time of slaughter.
1.7.8. Without prejudice to developments in Union legislation on animal welfare, tail-docking of sheep, beak trimming undertaken in the first three days of life, and dehorning may exceptionally be allowed, but only on a case-by-case basis and only when those practices improve the health, welfare or hygiene of the livestock or where workers' safety would otherwise be compromised. Disbudding may be allowed only on a case by case basis when it improves the health, welfare or hygiene of the livestock or where workers' safety would otherwise be compromised. The competent authority shall only authorise such operations where the operator has duly notified and justified the operations to that competent authority and where the operation is to be carried out by qualified personnel.
1.7.9. Any suffering to the animals shall be reduced to a minimum by applying adequate anaesthesia and/or analgesia and by carrying out each operation at only the most appropriate age by qualified personnel.
1.7.10. Physical castration shall be allowed in order to maintain the quality of products and traditional production practices, but only under the conditions set out in point 1.7.9.
1.7.11. The loading and unloading of animals shall be carried out without the use of any type of electrical or other painful stimulation to coerce the animals. The use of allopathic tranquillisers, prior to or during transport, shall be prohibited.
1.7.12. Operators shall keep records or documentary evidence of any specific operation applied and justifications for the application of point 1.7.5, 1.7.8, 1.7.9 or 1.7.10. As regards animals leaving the holding, the following data shall be recorded, where relevant: age, number of animals, weight of slaughter animals, appropriate identification (per animal or by batch/flock/hive) date of departure and destination.
<p>1.8. Preparation of unprocessed products</p> <p>If preparation operations other than processing are carried out on livestock, the general requirements laid down in points 1.2, 1.3, 1.4, 1.5 and 2.2.3 of Part IV shall apply <i>mutatis mutandis</i> to such operations.</p>
1.9. Additional general rules
1.9.1. For bovine animals, ovine animals, caprine animals and equine animals
<p>1.9.1.1. Nutrition</p> <p>With regard to nutrition, the following rules shall apply:</p> <p>(a) at least 60 % of the feed shall come from the farm itself or, if this is not feasible or such feed is not available, shall be produced in cooperation with other organic or in-conversion production units and feed operators using feed and feed material from the same region. This percentage shall be raised to 70 % as from 1 January 2024 ;</p> <p>(b) animals shall have access to pasturage for grazing whenever conditions allow;</p> <p>(c) notwithstanding point (b), male bovine animals over one year old shall have access to pasturage or an open air area;</p> <p>(d) where animals have access to pasturage during the grazing period and where the winter housing system allows the animals to move freely, the obligation to provide open air areas during the winter months may be waived;</p> <p>(e) rearing systems shall be based on maximum use of grazing pasturage, by reference to the availability of pastures in the different periods of the year;</p>

(f) at least 60 % of the dry matter in daily rations shall consist of roughage, fresh or dried fodder, or silage. This percentage may be reduced to 50 % for animals in dairy production for a maximum period of three months in early lactation.

1.9.1.2. Housing and husbandry practices

With regard to housing and husbandry practices, the following rules shall apply:

(a) housing shall have smooth, but not slippery floors;

(b) housing shall be provided with a comfortable, clean and dry laying or rest area of sufficient size, which shall consist of a solid construction which is not slatted. Ample dry bedding strewn with litter material shall be provided in the rest area. The litter shall comprise straw or other suitable natural material. The litter may be improved and enriched with any mineral product that is authorised pursuant to Article 24 as a fertiliser or soil conditioner for use in organic production;

(c) notwithstanding point (a) of the first subparagraph of Article 3(1) and the second subparagraph of Article 3(1) of Council Directive 2008/119/EC (1), the housing of calves in individual boxes shall be forbidden after the age of one week, unless for individual animals for a limited period, and insofar as this is justified for veterinary reasons;

(d) when a calf is treated individually for veterinary reasons, it shall be kept in spaces that have a solid floor and shall be provided with straw bedding. The calf must be able to turn around easily and to lie down comfortably at full length.

1.9.2. For cervine animals

1.9.2.1. Nutrition

With regard to nutrition, the following rules shall apply:

(a) at least 60 % of the feed shall come from the farm itself or, if this is not feasible or such feed is not available, shall be produced in cooperation with other organic or in-conversion production units and feed operators using feed and feed material from the same region. This percentage shall be raised to 70 % as from 1 January 2024 ;

(b) animals shall have access to pasturage for grazing whenever conditions allow;

(c) where animals have access to pasturage during the grazing period and where the winter housing system allows the animals to move freely, the obligation to provide open air areas during the winter months may be waived;

(d) rearing systems shall be based on maximum use of grazing pasturage by reference to the availability of pastures in the different periods of the year;

(e) at least 60 % of the dry matter in daily rations shall consist of roughage, fresh or dried fodder, or silage. This percentage may be reduced to 50 % for female cervine animals in milk production for a maximum period of three months in early lactation;

(f) natural grazing shall be ensured in a pen during the period of vegetation. Pens that cannot provide feed by grazing during the period of vegetation shall not be allowed;

(g) feeding shall only be allowed in the event of a shortage of grazing due to poor weather conditions;

(h) farmed animals in a pen shall be provided with clean and fresh water. If a natural source of water that is easily accessible to animals is not available, watering places shall be provided.

1.9.2.2. Housing and husbandry practices

With regard to housing and husbandry practices, the following rules shall apply:

(a) cervine animals shall be provided with hiding places, shelters and fences that do not harm animals;

(b) in red deer pens, animals must be able to roll in the mud to ensure skin grooming and body temperature regulation;

(c) any housing shall have smooth, but not slippery floors;

(d) any housing shall be provided with a comfortable, clean and dry laying or rest area of sufficient size, consisting of a solid construction which is not slatted. Ample dry bedding strewn with litter material shall be provided in the rest area. The litter shall comprise straw or other suitable natural material. The litter may be improved and enriched with any mineral product authorised pursuant to Article 24 as a fertiliser or soil conditioner for use in organic production;

(e) feeding places shall be installed in areas protected from the weather and accessible both to animals and to persons attending to them. The soil where feeding places are located shall be consolidated, and the feeding apparatus shall be equipped with a roof;

(f) if permanent access to feed cannot be ensured, the feeding places shall be designed so that all animals can feed at the same time.

1.9.3. For porcine animals

1.9.3.1. Nutrition

With regard to nutrition, the following rules shall apply:

(a) at least 30 % of the feed shall come from the farm itself or, if this is not feasible or such feed is not available, shall be produced in cooperation with other organic or in-conversion production units and feed operators using feed and feed material from the same region;

(b) roughage, fresh or dried fodder, or silage shall be added to the daily ration;

(c) where farmers are unable to obtain protein feed exclusively from organic production, and the competent authority has confirmed that organic protein feed is not available in sufficient quantity, non-organic protein feed may be used until 31 December 2026 provided that the following conditions are fulfilled:

(i) it is not available in organic form;

(ii) it is produced or prepared without chemical solvents;

(iii) its use is limited to the feeding of piglets of up to 35 kg with specific protein compounds; and

(iv) the maximum percentage authorised per period of 12 months for those animals does not exceed 5 %. The percentage of the dry matter of feed from agricultural origin shall be calculated.

1.9.3.2. Housing and husbandry practices

With regard to housing and husbandry practices, the following rules shall apply:

(a) the housing shall have smooth, but not slippery floors;

(b) the housing shall be provided with a comfortable, clean and dry laying or rest area of sufficient size, consisting of a solid construction which is not slatted. Ample dry bedding strewn with litter material shall be provided in the rest area. The litter shall comprise straw or other suitable natural material. The litter may be improved and enriched with any mineral product authorised pursuant to Article 24 as a fertiliser or soil conditioner for use in organic production;

(c) there shall always be a bed made of straw or other suitable material large enough to ensure that all pigs in a pen can lie down at the same time in the most space-consuming way;

(d) sows shall be kept in groups, except in the last stages of pregnancy and during the suckling period, during which time the sow must be able to move freely in her pen and her movement shall only be restricted for short periods;

(e) without prejudice to any additional requirements for straw, a few days before expected farrowing, sows shall be provided with a quantity of straw or other suitable natural material sufficient to enable them to build nests;

(f) exercise areas shall permit dunging and rooting by porcine animals. For the purposes of rooting, different substrates may be used.

1.9.4. For poultry

1.9.4.1. Origin of animals

To prevent the use of intensive rearing methods, poultry shall either be reared until they reach a minimum age or else shall come from slow-growing poultry strains adapted to outdoor rearing.

The competent authority shall define the criteria of slow-growing strains or draw up a list of those strains and provide this information to operators, other Member States and the Commission.

Where slow-growing poultry strains are not used by the farmer, the minimum age at slaughter shall be as follows:

- (a) 81 days for chickens;
- (b) 150 days for capons;
- (c) 49 days for Peking ducks;
- (d) 70 days for female Muscovy ducks;
- (e) 84 days for male Muscovy ducks;
- (f) 92 days for Mulard ducks;
- (g) 94 days for guinea fowl;
- (h) 140 days for male turkeys and roasting geese; and
- (i) 100 days for female turkeys.

1.9.4.2. Nutrition

With regard to nutrition, the following rules shall apply:

- (a) at least 30 % of the feed shall come from the farm itself or, if this is not feasible or such feed is not available, be produced in cooperation with other organic or in-conversion production units and feed operators using feed and feed material from the same region;
- (b) roughage, fresh or dried fodder, or silage shall be added to the daily ration;
- (c) where farmers are unable to obtain protein feed exclusively from organic production for poultry species, and the competent authority has confirmed that organic protein feed is not available in sufficient quantity, non-organic protein feed may be used until 31 December 2026 , provided that the following conditions are fulfilled:
 - (i) it is not available in organic form;
 - (ii) it is produced or prepared without chemical solvents;
 - (iii) its use is limited to the feeding of young poultry with specific protein compounds; and
 - (iv) the maximum percentage authorised per period of 12 months for those animals does not exceed 5 %. The percentage of the dry matter of feed of agricultural origin shall be calculated.

1.9.4.3. Animal welfare

Live plucking of poultry shall be prohibited.

1.9.4.4. Housing and husbandry practices

With regard to housing and husbandry practices, the following rules shall apply:

- (a) at least one third of the floor area shall be solid, that is, not of slatted or of grid construction, and shall be covered with a litter material such as straw, wood shavings, sand or turf;
- (b) in poultry houses for laying hens, a sufficiently large part of the floor area available to the hens shall be available for the collection of bird droppings;
- (c) buildings shall be emptied of livestock between each batch of poultry that has been reared. The buildings and fittings shall be cleaned and disinfected during this time. In addition, when the rearing of each batch of poultry has been completed, runs shall be left empty during a period to be established by the Member States in order to allow vegetation to grow back. The operator shall keep records or documentary evidence of the application of such period. Those requirements shall not apply where poultry are not reared in batches, are not kept in runs and are free to roam throughout the day;
- (d) poultry shall have access to an open air area for at least one third of their life. However, laying hens and finisher poultry shall have access to an open air area for at least one third of their life, except where temporary restrictions have been imposed on the basis of Union legislation;
- (e) continuous daytime open air access shall be provided from as early an age as practically possible and whenever physiological and physical conditions allow, except where temporary restrictions have been imposed on the basis of Union legislation;
- (f) by way of derogation from point 1.6.5, in the case of breeding birds and pullets aged under 18 weeks, when the conditions specified in point 1.7.3 as regards restrictions and obligations related to the protection of human and animal health imposed on the basis of Union legislation are met and prevent breeding birds and pullets aged under 18 weeks from having access to open air areas, verandas shall be considered as open air areas and, in such cases, shall have a wire mesh barrier to keep other birds out;
- (g) open air areas for poultry shall permit fowl to have easy access to adequate numbers of drinking troughs;
- (h) open air areas for poultry shall be covered mainly with vegetation;
- (i) under conditions where feed availability from the range area is limited, for example, due to long term snow cover or arid weather conditions, supplementary feeding of roughage shall be included as part of poultry diets;
- (j) where poultry are kept indoors due to restrictions or obligations imposed on the basis of Union legislation, they shall have permanent access to sufficient quantities of roughage and suitable material in order to meet their ethological needs;
- (k) water fowl shall have access to a stream, pond, lake or a pool whenever the weather and hygienic conditions permit, in order to respect their species-specific needs and animal welfare requirements; when weather conditions do not permit such access, they shall have access to water which enables them to dip their head therein so as to clean plumage;
- (l) natural light may be supplemented by artificial means to provide a maximum of 16 hours light per day, with a continuous nocturnal rest period without artificial light of at least eight hours;
- (m) the total usable surface area for fattening poultry in poultry houses of any production unit shall not exceed 1 600 m² ;
- (n) not more than 3 000 laying hens shall be allowed in a single compartment of a poultry house.

1.9.5. For rabbits

1.9.5.1. Nutrition

With regard to nutrition, the following rules shall apply:

- (a) at least 70 % of the feed shall come from the farm itself or, if this is not feasible or such feed is not available, shall be produced in cooperation with other organic or in-conversion production units and feed operators using feed and feed material from the same region;
- (b) rabbits shall have access to pasturage for grazing whenever conditions allow;
- (c) rearing systems shall be based on maximum use of grazing pasturage by reference to the availability of pastures in the different periods of the year;

(d) fibrous feed such as straw or hay shall be provided when grass is not sufficient. Forage shall comprise at least 60 % of the diet.

1.9.5.2. Housing and husbandry practices

With regard to housing and husbandry practices, the following rules shall apply:

(a) housing shall be provided with a comfortable, clean and dry laying or rest area of sufficient size, consisting of a solid construction which is not slatted. Ample dry bedding strewn with litter material shall be provided in the rest area. The litter shall comprise straw or other suitable natural material. The litter may be improved and enriched with any mineral product authorised pursuant to Article 24 as a fertiliser or soil conditioner for use in organic production;

(b) rabbits shall be kept in groups.

(c) rabbit farms shall use robust breeds adapted to outdoor conditions;

(d) rabbits shall have access to:

(i) covered shelter including dark hiding places;

(ii) an outdoor run with vegetation, preferably pasture;

(iii) a raised platform on which they can sit, either inside or out;

(iv) nesting material for all nursing does.

1.9.6. For bees

1.9.6.1. Origin of animals

For beekeeping, preference shall be given to the use of *Apis mellifera* and their local ecotypes.

1.9.6.2. Nutrition

With regard to nutrition, the following rules shall apply:

(a) at the end of the production season hives shall be left with sufficient reserves of honey and pollen for the bees to survive the winter;

(b) bee colonies may only be fed where the survival of the colony is endangered due to climatic conditions. In such case, bee colonies shall be fed with organic honey, organic pollen, organic sugar syrups, or organic sugar.

1.9.6.3. Health care

With regard to health care, the following rules shall apply:

(a) for the purposes of protecting frames, hives and combs, in particular from pests, only rodenticides used in traps, and appropriate products and substances authorised pursuant to Articles 9 and 24 for use in organic production shall be permitted;

(b) physical treatments for disinfection of apiaries such as steam or direct flame shall be permitted;

(c) the practice of destroying the male brood shall only be permitted for the purpose of isolating the infestation of *Varroa destructor*;

(d) if, despite all preventive measures, the colonies become sick or infested, they shall be treated immediately and, if necessary, may be placed in isolation apiaries;

(e) formic acid, lactic acid, acetic acid and oxalic acid, as well as menthol, thymol, eucalyptol or camphor, may be used in cases of infestation with *Varroa destructor*;

(f) if a treatment is applied with chemically synthesised allopathic products, including antibiotics, other than products and substances authorised pursuant to Articles 9 and 24 for use in organic production, for the duration of that treatment, the treated colonies shall be placed in isolation apiaries and all the wax shall be replaced with wax coming from organic

beekeeping. Subsequently, the conversion period of 12 months laid down in point 1.2.2 shall apply to those colonies.

1.9.6.4. Animal welfare

With regard to beekeeping, the following additional general rules shall apply:

- (a) the destruction of bees in the combs as a method associated with the harvesting of apiculture products shall be prohibited;
- (b) mutilation such as clipping the wings of queen bees shall be prohibited.

1.9.6.5. Housing and husbandry practices

With regard to housing and husbandry practices, the following rules shall apply:

- (a) apiaries shall be placed in areas which ensure the availability of nectar and pollen sources consisting essentially of organically produced crops or, where appropriate, of spontaneous vegetation or non-organically managed forests or crops that are only treated with low environmental impact methods;
- (b) apiaries shall be kept at sufficient distance from sources that may lead to the contamination of apiculture products or to the poor health of the bees;
- (c) the siting of the apiaries shall be such that, within a radius of 3 km from the apiary site, nectar and pollen sources consist essentially of organically produced crops or spontaneous vegetation or crops treated with low environmental impact methods equivalent to those provided for in Articles 28 and 30 of Regulation (EU) No 1305/2013 which cannot affect the qualification of beekeeping production as being organic. That requirement does not apply where flowering is not taking place, or the bee colonies are dormant;
- (d) the hives and materials used in beekeeping shall be made basically of natural materials presenting no risk of contamination to the environment or the apiculture products;
- (e) the beeswax for new foundations shall come from organic production units;
- (f) only natural products such as propolis, wax and plant oils may be used in the hives;
- (g) synthetic chemical repellents shall not be used during honey extraction operations;
- (h) brood combs shall not be used for honey extraction;
- (i) beekeeping shall not be considered as organic when practiced in regions or areas designated by Member States as regions or areas where organic beekeeping is not practicable.

1.9.6.6. Record-keeping obligations

Operators shall keep a map on an appropriate scale or geographic coordinates of the location of hives to be provided to the control authority or control body demonstrating that the areas accessible to the colonies meet the requirements of this Regulation.

The following information shall be entered in the register of the apiary with regard to feeding: name of the product used, dates, quantities and hives where the product is used.

The zone where the apiary is situated shall be recorded together with the identification of the hives and the period of moving.

All the measures applied shall be recorded in the register of the apiary, including the removals of the supers and the honey extraction operations. The amount and dates of the collection of honey shall also be recorded.

*ANNEX III***COLLECTION, PACKAGING, TRANSPORT AND STORAGE OF PRODUCTS****1. Collection of products and transport to preparation units**

Operators may carry out the simultaneous collection of organic, in-conversion and non-organic products only where appropriate measures have been taken to prevent any possible mixture or exchange between organic, in-conversion and non-organic products and to ensure the identification of the organic and in-conversion products. The operator shall keep the information relating to collection days, hours, the circuit and date and time of the reception of the products available to the control authority or control body.

2. Packaging and transport of products to other operators or units**2.1. Information to be provided**

2.1.1. Operators shall ensure that organic products and in-conversion products are transported to other operators or units, including wholesalers and retailers, only in appropriate packaging, containers or vehicles closed in such a manner that alteration, including substitution, of the content cannot be achieved without manipulation or damage of the seal and provided with a label stating, without prejudice to any other indications required by Union law:

- (a) the name and address of the operator and, where different, of the owner or seller of the product;
- (b) the name of the product;
- (c) the name or the code number of the control authority or control body to which the operator is subject; and
- (d) where relevant, the lot identification mark in accordance with a marking system either approved at national level or agreed with the control authority or control body and which permits the linking of the lot with the records referred to in Article 34(5).

2.1.2. Operators shall ensure that compound feed authorised in organic production transported to other operators or holdings, including wholesalers and retailers, are provided with a label stating, in addition to any other indications required by Union law:

- (a) the information provided in point 2.1.1;
- (b) where relevant, by weight of dry matter:
 - (i) the total percentage of organic feed materials;
 - (ii) the total percentage of in-conversion feed materials;
 - (iii) the total percentage of feed materials not covered by points (i) and (ii);
 - (iv) the total percentage of feed of agricultural origin;
- (c) where relevant, the names of organic feed materials;
- (d) where relevant, the names of in-conversion feed materials; and
- (e) for compound feed that cannot be labelled in accordance with Article 30(6), the indication that such feed may be used in organic production in accordance with this Regulation.

2.1.3. Without prejudice to Directive 66/401/EEC, operators shall ensure that on the label of the packaging of a mixture of fodder plant seeds containing organic and in-conversion or non-organic seeds of certain different plant species for which an authorisation has been issued under the relevant conditions laid down in point 1.8.5 of Part I of Annex II to this

Regulation, information is provided on the exact components of the mixture, shown by percentage by weight of each component species, and where appropriate varieties.

In addition to the relevant requirements under Annex IV to Directive 66/401/EEC, that information shall include besides the indications required in the first paragraph of this point also the list of the component species of the mixture that are labelled as organic or in-conversion. The minimum total percentage by weight of organic and in-conversion seeds in the mixture shall be at least 70 %.

In case the mixture contains non-organic seeds, the label shall also include the following statement: 'The use of the mixture is only allowed within the scope of the authorisation and in the territory of the Member State of the competent authority which authorised the use of this mixture in conformity with point 1.8.5 of Annex II to Regulation (EU) 2018/848 on organic production and labelling of organic products.'

The information referred to in points 2.1.1 and 2.1.2 may be presented solely on an accompanying document, if such a document can be undeniably linked with the packaging, container or vehicular transport of the product. This accompanying document shall include information on the supplier or the transporter.

2.2. The closing of packaging, containers or vehicles shall not be required where:

- (a) the transport takes place directly between two operators, both of which are subject to the organic control system;
- (b) the transport includes only organic or only in-conversion products;
- (c) the products are accompanied by a document giving the information required under point 2.1; and
- (d) both the expediting and the receiving operators keep documentary records of such transport operations available for the control authority or control body.

3. Special rules for transporting feed to other production or preparation units or storage premises

When transporting feed to other production or preparation units or storage premises, operators shall ensure that the following conditions are met:

- (a) during transport, organically produced feed, in-conversion feed, and non-organic feed are effectively physically separated;
- (b) vehicles or containers which have transported non-organic products are only used to transport organic or in-conversion products if:
 - (i) suitable cleaning measures, the effectiveness of which has been checked, have been carried out before commencing the transport of organic or in-conversion products and the operators keep records of those operations;
 - (ii) all appropriate measures are implemented, depending on the risks evaluated in accordance with control arrangements, and where necessary, operators guarantee that non-organic products cannot be placed on the market with an indication referring to organic production;
 - (iii) the operator keeps documentary records of such transport operations available for the control authority or control body;
- (c) the transport of finished organic or in-conversion feed is separated physically or in time from the transport of other finished products;
- (d) during transport, the quantity of products at the start and each individual quantity delivered in the course of a delivery round is recorded.

4. Transport of live fish

4.1. Live fish shall be transported in suitable tanks with clean water which meets their physiological needs in terms of temperature and dissolved oxygen.

4.2. Before transport of organic fish and fish products, tanks shall be thoroughly cleaned, disinfected and rinsed.

4.3. Precautions shall be taken to reduce stress. During transport, the density shall not reach a level which is detrimental to the species.

4.4. Records shall be kept for operations referred to in points 4.1, 4.2 and 4.3.

5. Reception of products from other operators or units

On receipt of an organic or in-conversion product, the operator shall check the closing of the packaging, container or vehicle where it is required and the presence of the indications provided for in Section 2.

The operator shall cross-check the information on the label referred to in Section 2 with the information on the accompanying documents. The result of those verifications shall be explicitly mentioned in the records referred to in Article 34(5).

6. Special rules for the reception of products from a third country

Where organic or in-conversion products are imported from a third country, they shall be transported in appropriate packaging or containers, closed in a manner that prevents the substitution of the content and bearing the identification of the exporter and any other marks and numbers that serve to identify the lot, and shall be accompanied by the certificate of control for import from third countries where appropriate.

On receipt of an organic or in-conversion product imported from a third country, the natural or legal person to whom the imported consignment is delivered and who receives it for further preparation or marketing shall check the closing of the packaging or container and, in the case of products imported in accordance with point (b)(iii) of Article 45(1), shall check that the certificate of inspection referred to in that Article covers the type of product contained in the consignment. The result of this verification shall be explicitly mentioned in the records referred to in Article 34(5).

7. Storage of products

7.1. Areas for the storage of products shall be managed in such a way as to ensure identification of lots and to avoid any mixing or contamination with products or substances not in compliance with the organic production rules. Organic and in-conversion products shall be clearly identifiable at all times.

7.2. No input products or substances other than those authorised pursuant to Articles 9 and 24 for use in organic production shall be stored in organic or in-conversion plant and livestock production units.

7.3. Allopathic veterinary medicinal products, including antibiotics, may be stored in agricultural and aquaculture holdings provided that they have been prescribed by a veterinarian in connection with the treatment referred to in points 1.5.2.2 of Part II and 3.1.4.2(a) of Part III of Annex II, that they are stored in a supervised location and that they are entered in the records referred to in Article 34(5).

7.4. Where operators handle organic, or in-conversion or non-organic products in any combination and the organic or in-conversion products are stored in storage facilities in which also other agricultural products or foodstuffs are stored:

- (a) the organic or in-conversion products shall be kept separate from the other agricultural products or foodstuffs;
- (b) every measure shall be taken to ensure identification of consignments and to avoid mixtures or exchanges between organic, in-conversion and non-organic products;
- (c) suitable cleaning measures, the effectiveness of which has been checked, shall have been carried out before the storage of organic or in-conversion products and the operators shall keep records of those operations.

7.5. Only the products for cleaning and disinfection authorised pursuant to Article 24 for use in organic production shall be used in storage facilities for that purpose.

This text is meant purely as a documentation tool and has no legal effect. The Union's institutions do not assume any liability for its contents. The authentic versions of the relevant acts, including their preambles, are those published in the Official Journal of the European Union and available in EUR-Lex. Those official texts are directly accessible through the links embedded in this document

COMMISSION IMPLEMENTING REGULATION (EU) 2021/1165

of 15 July 2021

authorising certain products and substances for use in organic production and establishing their lists

(ABSTRACT from consolidated version 2023-02-07)

ANNEX III

Authorised products and substances for use as feed or in feed production

PART A

Authorised non-organic feed material of plant, algal, animal or yeast origin or feed material of microbial or mineral origin referred to in point (c) of Article 24(1) of Regulation (EU) 2018/848

1. FEED MATERIALS OF MINERAL ORIGIN

Number in feed catalogue (1)	Name	Specific conditions and limits
11.1.1	Calcium carbonate	
11.1.2	Calcareous marine shells	
11.1.4	Maerl	
11.1.5	Lithothamn	
11.1.13	Calcium gluconate	
11.2.1	Magnesium oxide	
11.2.4	Magnesium sulphate anhydrous	
11.2.6	Magnesium chloride	
11.2.7	Magnesium carbonate	
11.3.1	Dicalcium phosphate	
11.3.2	Monocalcium phosphate	
11.3.3	Monocalcium phosphate	
11.3.5	Calcium-magnesium phosphate	

11.3.8	Magnesium phosphate	
11.3.10	Monosodium phosphate	
11.3.16	Calcium sodium phosphate	
11.3.17	Monoammonium phosphate (Ammonium dihydrogen orthophosphate)	only for aquaculture
11.3.19	Pentasodium triphosphate (STPP)	only for pet food
11.3.27	Disodium dihydrogen diphosphate (SAPP)	only for pet food
11.4.1	Sodium chloride	
11.4.2	Sodium bicarbonate	
11.4.4	Sodium carbonate	
11.4.6	Sodium sulphate	
11.5.1	Potassium chloride	

⁽¹⁾ In accordance with Commission Regulation (EU) No 68/2013 of 16 January 2013 on the Catalogue of feed materials (OJ L 29, 30.1.2013, p. 1).

1. OTHER FEED MATERIALS

Number in feed catalogue (1)	Name	Specific conditions and limits
10	Meal, oil and other feed materials of fish or other aquatic animals origin	provided that they are obtained from fisheries that have been certified as sustainable under a scheme recognised by the competent authority in line with the principles laid down in Regulation (EU) No 1380/2013 provided that they are produced or prepared without chemically synthesised solvents their use is authorised only to non- herbivores livestock the use of fish protein hydrolysate is authorised only for young non- herbivores livestock
10	Meal, oil and other feed materials of fish, mollusc or crustacean origin	for carnivorous aquaculture animals from fisheries that have been certified as sustainable under a scheme recognised by the competent authority in line with the principles laid down in Regulation (EU) No 1380/2013, in accordance with point 3.1.3.1(c) of Part III of Annex II to Regulation (EU) 2018/848 derived from trimmings of fish, crustaceans or molluscs already caught for human consumption in accordance with point 3.1.3.3(c) of Part III of Annex II to Regulation (EU) 2018/848, or derived from whole fish, crustaceans or molluscs caught and not used for human consumption in accordance with point 3.1.3.3(d) of Part III of Annex II to Regulation (EU) 2018/848
10	Fishmeal and fish oil	in the grow-out phase, for fish in inland waters, penaeid shrimps and freshwater prawns and tropical freshwater fish from fisheries that have been certified as sustainable under a scheme recognised by the competent authority in line with the principles laid down in Regulation (EU) No 1380/2013, in accordance with point 3.1.3.1(c) of Part III of Annex II to Regulation (EU) 2018/848 only where natural feed in ponds and lake is not available in sufficient quantities, maximum 25 % of fishmeal and 10 % of fish oil in the feed ration of penaeid shrimps and freshwater prawns (<i>Macrobrachium</i> spp.) and maximum 10 % of fishmeal or fish oil in the feed ration of siamese catfish (<i>Pangasius</i> spp.), in accordance with point 3.1.3.4(c)(i) and (ii) of Part III of Annex II to Regulation (EU) 2018/ 848
12.1.5	Yeasts	when not available from organic production
12.1.12	Yeast products	when not available from organic production
	Cholesterol	product obtained from wool grease (lanolin) by saponification, separations and crystallisation, from shellfish or other sources to secure the quantitative dietary needs of penaeid shrimps and freshwater prawns (<i>Macrobrachium</i> spp.) in the grow-out stage and in earlier life stages in nurseries and hatcheries when not available from organic production

	Herbs	in accordance with point (e)(iv) of Article 24(3) of Regulation (EU) 2018/848, in particular: — when not available in organic form — produced/prepared without chemical solvents — maximum 1 % in the feed ration
	Molasses	in accordance with point (e)(iv) of Article 24(3) of Regulation (EU) 2018/848, in particular: — when not available in organic form — produced/prepared without chemical solvents — maximum 1 % in the feed ration
	Phytoplankton and zooplankton	only in the larval rearing of organic juveniles
	specific protein compounds	In accordance with point 1.9.3.1(c) and 1.9.4.2(c) of Regulation (EU) 2018/848, in particular: — until 31 December 2026, — when not available in organic form, — produced/prepared without chemical solvents, — for feeding piglets of up to 35 kg or young poultry, — maximum 5 % of the dry matter of feed from agricultural origin per period of 12 months
	Spices	in accordance with point (e)(iv) of Article 24(3) of Regulation (EU) 2018/848, in particular: — when not available in organic form — produced/prepared without chemical solvents — maximum 1 % in the feed ration

⁽¹⁾ In accordance with Regulation (EU) No 68/2013.

PART B

Authorised feed additives and processing aids used in animal nutrition referred to in point (d) of Article 24(1) of Regulation (EU) 2018/848

Feed additives listed in this Part must be authorised under Regulation (EC) No 1831/2003.

The specific conditions set out here are to be applied in addition to the conditions of the authorisations under Regulation (EC) No 1831/2003.

1. TECHNOLOGICAL ADDITIVES

a) Preservatives

ID number or functional group	Name	Specific conditions and limits
E 200	Sorbic acid	
E 236	Formic acid	
E 237	Sodium formate	
E 260	Acetic acid	
E 270	Lactic acid	
E 280	Propionic acid	
E 330	Citric acid	

b) Antioxidants

ID number or functional group	Name	Specific conditions and limits
1b306(i)	Tocopherol extracts from vegetable oils	
1b306(ii)	Tocopherol-rich extracts from vegetable oils (delta rich)	

c) Emulsifiers, stabilisers, thickeners and gelling agents

ID number or functional group	Name	Specific conditions and limits
1c 322	Lecithins	only when derived from organic raw material
1c 322i		use restricted to aquaculture animal feed
E 407	Carrageenan	only for pet food
E 410	Locust bean gum (Carob gum)	only for pet food obtained only from a roasting process from organic production if available
E 412	Guar gum	
E 414	Acacia (Gum arabic)	only for pet food from organic production if available
E 415	Xanthan gum	

d) Binders and anti-caking agents

ID number or functional group	Name	Specific conditions and limits
E 412	Guar gum	
E 535	Sodium ferrocyanide	maximum content: 20 mg/kg NaCl calculated as ferrocyanide anion
E 551b	Colloidal silica	
E 551c	Kieselgur (diatomaceous earth, purified)	
1m558i	Bentonite	
E 559	Kaolinitic clays, free of asbestos	

E 560	Natural mixtures of steatites and chlorite	
E 561	Vermiculite	
E 562	Sepiolite	
E 563	Sepiolitic clay	
E 566	Natrolite-Phonolite	
1g568	Clinoptilolite of sedimentary origin	
1g599	Illite-montmorillonite-kaolinite	
E 599	Perlite	

e) Silage additives

ID number or functional group	Name	Specific conditions and limits
1k	Enzymes, micro-organisms	only authorised to ensure adequate fermentation
1k236	Formic acid	
1k237	Sodium formate	
1k280	Propionic acid	
1k281	Sodium propionate	

f) substances for reduction of the contamination of feed by mycotoxins

ID number or functional group	Name	Specific conditions and limits
1m588	Bentonite	

2. SENSORY ADDITIVES

ID number or functional group	Name	Specific conditions and limits
-------------------------------	------	--------------------------------

ex2a	Astaxanthin	only when derived from organic sources, such as organic crustacean shells only in the feed ration for salmon and trout within the limit of their physiological needs if no astaxanthin derived from organic sources are available, astaxanthin from natural sources may be used such as Astaxanthin-rich <i>Phaffia rhodozyma</i>
ex2b	Flavouring compounds	only extracts from agricultural products, including Chestnut extract (<i>Castanea sativa</i> Mill.)

3. NUTRITIONAL ADDITIVES

a) Vitamins, pro-vitamins and chemically well-defined substances having similar effect

ID number or functional group	Name	Specific conditions and limits
ex3a	Vitamins and Provitamins	derived from agricultural products if not available from agricultural products: — derived synthetically, only those identical to vitamins derived from agricultural products may be used for monogastric animals and aquaculture animals — derived synthetically, only vitamins A, D and E identical to vitamins derived from agricultural products may be used for ruminants; the use is subject to prior authorisation of the Member States based on the assessment of the possibility for organic ruminants to obtain the necessary quantities of the said vitamins through their feed rations
3a370	Taurine	only for cats and dogs not from synthetic origin, if available
3a920	Betaine anhydrous	only for monogastric animals and fish from organic production; if not available, from natural origin

b) Compounds of trace elements

ID number or functional group	Name	Specific conditions and limits
3b101	Iron(II) carbonate (siderite)	
3b103	Iron(II) sulphate monohydrate	
3b104	Iron(II) sulphate heptahydrate	
3b201	Potassium iodide	
3b202	Calcium iodate, anhydrous	
3b203	Coated granulated calcium iodate anhydrous	
3b301	Cobalt(II) acetate tetrahydrate	
3b302	Cobalt(II) carbonate	

3b303	Cobalt(II) carbonate hydroxide (2:3) monohydrate	
3b304	Coated granulated cobalt(II) carbonate	
3b305	Cobalt(II) sulphate heptahydrate	
3b402	Copper(II) carbonate dihydroxy monohydrate	
3b404	Copper (II) oxide	
3b405	Copper(II) sulphate pentahydrate	
3b409	Dicopper chloride trihydroxide	
3b502	Manganese (II) oxide	
3b503	Manganous sulfate, monohydrate	
3b603	Zinc oxide	
3b604	Zinc sulphate heptahydrate	
3b605	Zinc sulphate monohydrate	
3b609	Zinc chloride hydroxide monohydrate	
3b701	Sodium molybdate dihydrate	
3b801	Sodium selenite	
3b802	Coated granulated sodium selenite	
3b803	Sodium selenate	
3b810	Selenised yeast, <i>Saccharomyces cerevisiae</i> CNCM I-3060, inactivated	
3b811	Selenised yeast, <i>Saccharomyces cerevisiae</i> NCYC R397, inactivated	
3b812	Selenised yeast, <i>Saccharomyces cerevisiae</i> CNCM I-3399, inactivated	
3b813	Selenised yeast, <i>Saccharomyces cerevisiae</i> NCYC R646, inactivated	
3b817	Selenised yeast, <i>Saccharomyces cerevisiae</i> NCYC R645 inactivated	

c) Amino acids, their salts and analogues

ID number or functional group	Name	Specific conditions and limits
3c3.5.1 and 3c352	L-histidine monohydrochloride monohydrate	produced through fermentation may be used in the feed ration for salmonids when the feed sources listed in point 3.1.3.3 of Part II of Annex II to Regulation (EU) 2018/848, do not provide a sufficient amount of histidine to meet the dietary needs of the fish

4. ZOOTECHNICAL ADDITIVES		
ID number or functional group	Name	Specific conditions and limits
4a, 4b, 4c and 4d	Enzymes and microorganism	
4d7 and 4d8	Ammonium chloride	only for cats

ANNEX IV

Authorised products for cleaning and disinfection referred to in points (e), (f) and (g) of Article 24(1) of Regulation (EU) 2018/848

PART A

Products for the cleaning and disinfection of ponds, cages, tanks, raceways, buildings or installations used for animal production

PART B

Products for the cleaning and disinfection of buildings and installations used for plant production, including for storage on an agricultural holding

PART C

Products for cleaning and disinfection in processing and storage facilities

PART D

Products referred to in Article 12(1) of this Regulation

The following products or products containing the following active substances as listed in Annex VII to Regulation (EC) No 889/2008 cannot be used as biocidal products:

- caustic soda;
- caustic potash;
- oxalic acid;
- natural essences of plants with the exception of linseed oil, lavender oil and peppermint oil;
- nitric acid;
- phosphoric acid;
- sodium carbonate;
- copper sulphate;
- potassium permanganate;
- tea seed cake made of natural camelia seed;
- humic acid;
- peroxyacetic acids with the exception of peracetic acid.

COMMISSION IMPLEMENTING REGULATION (EU) 2020/464

of 26 March 2020

ANNEX I

RULES ON THE STOCKING DENSITY AND THE MINIMUM SURFACE FOR INDOOR AND OUTDOOR AREAS FOR LIVESTOCK AS REFERRED TO IN CHAPTER II

Part I: Stocking density and minimum surface for indoor and outdoor areas for bovine animals, ovine animals, caprine animals and equine animals as referred to in Article 3

1. Bovine animals

	Indoor area (net area available to animals)		Outdoor area (exercise area, excluding pasture)
	Live weight minimum (kg)	m ² /head	m ² /head
	Up to 100	1,5	1,1
	Up to 200	2,5	1,9
	Up to 350	4,0	3
	Over 350	5 with a minimum of 1 m ² /100 kg	3,7 with a minimum of 0,75 m ² /100 kg
Dairy cows		6	4,5
Bulls for breeding		10	30

1. Ovine animals and caprine animals

	Indoor area (net area available to animals)		Outdoor area (exercise area, excluding pasture)
	m ² /head		m ² /head
Sheep	1,5		2,5
Lamb	0,35		0,5
Goat	1,5		2,5
Kid	0,35		0,5

2. Equine animals			
	Indoor area (net area available to animals)		Outdoor area (exercise area, excluding pasture)
	Peso vivo minimo (kg)	m² /head	m² /head
Breeding and fattening equine animals	Up to 100	1,5	1,1
	Up to 200	2,5	1,9
	Up to 350	4,0	3
	Over 350	5 with a minimum of 1 m² /100 kg	3,7 with a minimum of 0,75 m² /100 kg
Part II: Stocking density and minimum surface for outdoor areas for cervine animals as referred to in Article 6			
Cervine animals species	Minimum surface for outdoor area per enclosure or per pen	Stocking density maximum number of adult animals (*) per ha	
Sika deer <i>Cervus nippon</i>	1 ha	15	
Fallow deer <i>Dama dama</i>	1 ha	15	
Red deer <i>Cervus elaphus</i>	2 ha	7	
Père David's deer <i>Elaphurus davidianus</i>	2 ha	7	
More than one cervine species	3 ha	7 in case red deer or Père David's deer are part of the herd; 15 in case neither red deer nor Père David's deer are part of the herd	
(*) Two cervine animals up to 18 months count for one cervine animal.			
Part III: Stocking density and minimum surface for indoor and outdoor areas for porcine animals as referred to in Article 10			
		Indoor area (net area available to porcine animals meaning inside dimensions including	Outdoor area

		troughs but excluding feeders in which porcine animals cannot lie down)	
	Live weight minimum (kg)	m ² /head	m ² /head
Farrowing sows with piglets until weaning		7,5 per sow	2,5
Fattening porcine animals	Not more than 35 kg	0,6	0,4
Weaners, rearing pigs, gilts, rearing boars	More than 35 kg but not more than 50 kg	0,8	0,6
	More than 50 kg but not more than 85 kg	1,1	0,8
	More than 85 kg but not more than 110 kg	1,3	1
	More than 110 kg	1,5	1,2
Female brood porcine animal Dry pregnant sows		2,5	1,9
Male brood porcine animal Boar		6 10 if pens are used for natural service	8

Part IV: Stocking density and minimum surface for indoor and outdoor areas for poultry as referred to in Article 14 and Article 15(2)(c) and (6) and perches or raised sitting levels as referred to in Article 15(5)

1. Parents *Gallus gallus* intended for the production of hatching eggs for future laying hens and parents *Gallus gallus* intended for the production of hatching eggs for future fattening *Gallus gallus*:

Age	≥ 18 weeks
Stocking density and minimum surface for indoor area Maximum number of breeding birds per m ² of usable area of the indoor area of the poultry house	6
Perches for breeding birds for future laying hens Minimum cm perch/bird	18
Nests	7 female birds per nest or in case of common nest 120 cm ² /female bird
Stocking density and minimum surface for outdoor area Minimum m ² per bird of the outdoor area	4

2. Pullets and brother roosters:

Stocking density and minimum surface for indoor area Stocking density per m ² of usable area of the indoor area of the poultry house	21 kg liveweight /m ²
--	----------------------------------

Perches or raised sitting levels or both	Any combination of perches or raised sitting levels or both providing minimum 10 cm perch/bird or minimum 100 cm ² raised sitting level/bird
Stocking density and minimum surface for outdoor area Minimum m ² per bird of the outdoor area	1
3. Laying hens including dual purpose strains raised for meat and egg production:	
Stocking density and minimum surface for indoor area Maximum number of birds per m ² of usable area of the indoor area of the poultry house	6
Perches Minimum cm perch/bird	18
Nests	7 laying hens per nest or in case of common nest 120 cm ² / laying hen
Stocking density and minimum surface for outdoor area Minimum m ² per bird of the outdoor area	4
4. Fattening poultry <i>Gallus gallus</i> :	
Stocking density and minimum surface for indoor area Stocking density per m ² of usable area of the indoor area of the poultry house	21 kg liveweight /m ²
Perches or raised sitting levels or both	Any combination of perches or raised sitting levels or both providing minimum 5 cm perch/bird or minimum 25 cm ² raised sitting level/bird
Stocking density and minimum surface for outdoor area for fixed houses Minimum m ² per bird of the outdoor area	4
Stocking density and minimum surface for outdoor area for mobile houses Minimum m ² per bird of the outdoor area	2,5
5. Fattening poultry <i>Gallus gallus</i> : capons and poulardes:	
Stocking density and minimum surface for indoor area Stocking density per m ² of usable area of the indoor area of the poultry house	21 kg liveweight /m ²
Perches or raised sitting levels or both	Any combination of perches or raised sitting levels or both providing minimum 5 cm perch/bird or minimum 25 cm ² raised sitting level/bird
Stocking density and minimum surface for outdoor area Minimum m ² per bird of the outdoor area	4

6. Fattening poultry other than *Gallus gallus*: Turkeys *Meleagris gallopavo* marketed whole for roasting or intended for cutting up:

Stocking density and minimum surface for indoor area Stocking density per m ² of usable area of the indoor area of the poultry house	21 kg liveweight /m ²
Perches or raised sitting levels or both	Any combination of perches or raised sitting levels or both providing minimum 10 cm perch/bird or minimum 100 cm ² raised sitting level/bird
Stocking density and minimum surface for outdoor area Minimum m ² per bird of the outdoor area	10

7. Fattening poultry other than *Gallus gallus*: Geese *Anser anser domesticus*:

Stocking density and minimum surface for indoor area Stocking density per m ² of usable area of the indoor area of the poultry house	21 kg liveweight /m ²
Stocking density and minimum surface for outdoor area Minimum m ² per bird of the outdoor area	15

8. Fattening poultry other than *Gallus gallus*: Peking Ducks *Anas platyrhynchos domesticus*, Muscovy Ducks *Cairina moschata* and hybrids and Mulard Ducks *Cairina moschata* × *Anas platyrhynchos*:

Stocking density and minimum surface for indoor area Stocking density per m ² of usable area of the indoor area of the poultry house	21 kg liveweight /m ²
Stocking density and minimum surface for outdoor area Minimum m ² per bird of the outdoor area	4,5

9. Fattening poultry other than *Gallus gallus*: Guinea fowls *Numida meleagris f. domestica*:

Stocking density and minimum surface for indoor area Stocking density per m ² of usable area of the indoor area of the poultry house.	21 kg liveweight /m ²
Perches or raised sitting levels or both	Any combination of perches or raised sitting levels or both providing minimum 5 cm perch/bird or minimum 25 cm ² raised sitting level/bird
Stocking density and minimum surface for outdoor area Minimum m ² /bird of the outdoor area	4

Part V: Stocking density and minimum surface for indoor and outdoor areas for rabbits as referred to in Article 18

1. For indoor area

	Indoor area (net area usable per animal excluding platforms m²/head) for the rest area Fixed housing	Indoor area (net area usable per animal excluding platforms m²/head) for the rest area Mobile housing
Nursing does with kits until weaning	0,6 m ² /doe with kits if doe liveweight is below 6 kg 0,72 m ² /doe with kits if doe liveweight is above 6 kg	0,6 m ² / doe with kits if doe liveweight is below 6 kg 0,72 m ² /doe with kits if doe liveweight is above 6 kg
Pregnant does and reproductive female rabbits	0,5 m ² /pregnant doe or reproductive female if liveweight is below 6 kg 0,62 m ² /pregnant doe or reproductive female if liveweight is above 6 kg	0,5 m ² /pregnant doe or reproductive female if liveweight is below 6 kg 0,62 m ² /pregnant doe or reproductive female if liveweight is above 6 kg
Fattening rabbits from weaning to slaughter Replacement rabbits (end of fattening to 6 months)	0,2	0,15
Adult bucks	0,6 1 if buck receiving does for mating	0,6 1 if buck receiving does for mating

2. For outdoor area

	Outdoor area (outdoor run with vegetation preferably pasture) (net area usable per animal excluding platforms m²/head) Fixed housing	Outdoor area (net area usable per animal excluding platforms m²/head) Mobile housing
Nursing does with kits until weaning	2,5 m ² /doe with kits	2,5 m ² /doe with kits
Pregnant does/Reproductive female rabbits	2,5	2,5
Fattening rabbits from weaning to slaughter	0,5	0,4
Replacement rabbits (end of fattening to 6 months)	2,5	2,5

--